



Ata da Sessão Ordinária da Assembleia
de Freguesia de Belém

----- 27 de abril de 2017 -----



--- Preâmbulo ---

--- Aos **vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezassete** realizou-se, pelas **vinte uma horas e trinta minutos**, no Centro Social da Freguesia de Belém, uma **Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

Ponto 1º: Intervenção do Público;

Ponto 2º: Período antes da Ordem do Dia;

Ponto 3º: Apreciação e aprovação das atas das sessões de 22/12/2016 e 20/02/2017;

Ponto 4º: Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2016;

Ponto 5º: Apreciação e aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2017 (PPI e PPA);

Ponto 6º: Apreciação do Relatório Final do Inventário de Reconciliação de Ativos a 2016/12/31;

Ponto 7º: Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para 2017;

Ponto 8º: Apreciação e aprovação de doações;

Ponto 9º: Apreciação e aprovação da Norma de Funcionamento dos Projetos “Pequenas Reparações”;

Ponto 10º: Apreciação e votação dos protocolos relativos à CPCJ;

Ponto 11º: Apreciação e Ratificação do protocolo de colaboração “Lisboa vai ao Parque”;

Ponto 12º: Apreciação e votação à alteração do Regulamento de Taxas;

Ponto 13º: Informação escrita do Presidente.

--- A sessão foi presidida pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia, Luís Branco da Silva, coadjuvado pelo Segundo Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia, como Primeiro Secretário, Manuel da Câmara Pestana Pedrosa Machado e por Maria de Carvalho Ferreira, Membro da Assembleia, como Segunda Secretária.

--- Participaram, em conformidade com a "Lista de Presenças", para além dos acima mencionados, os seguintes Membros da Assembleia: _____

- Helena Maria Ferreira Dias Ramalho

- Margarida Maria Olazabal Cabral

- Maria de Carvalho Ferreira

(*Em substituição de Jorge Moreira da Silva*)

- Gonçalo Barroso Silvério Marques



- Hélder Santos Correia
- Júlio Francisco Miranda Calha
- Pedro Rodrigues
(*Em substituição de Óscar Machado Rodrigues*)
- Ana Maria Varela Coelho
- Fernanda Maria Paredes
(*Em substituição de Maria Teresa Almeida*)
- Manuel Costa
- Isabel Lopes da Silva
(*Em substituição de Isabel Maria Lourenço*)

--- Da parte do Executivo da Junta de Freguesia de Belém, estiveram presentes os seguintes elementos: _____

- | | |
|-------------------------|--------------|
| - Fernando Ribeiro Rosa | (Presidente) |
| - João Carvalhosa | (Tesoureiro) |
| - Helena Lencastre | (Vogal) |
| - Rui Cordeiro | (Vogal) |

--- Constatada a existência de quórum, o **Presidente da Mesa** declarou aberta a sessão. _____

--- Transcrição Integral ---

Presidente da Mesa: Muito boa noite a todos. Os meus cumprimentos. Estamos em cima da hora, vamos dar início, portanto, à nossa Assembleia. Antes disso, tenho de compor a Mesa, convidava a Maria, que já está habituada, se não se importa. Muito obrigado.

Eu vou começar por dar a palavra aqui ao meu colega de Mesa, só para anunciar as substituições.

Manuel Machado (1.º Secretário): Boa noite a todos. Manuel Machado, 2º secretário, como 1.º Secretário da Mesa.



Da parte do Partido Comunista Português, Isabel Lourenço é substituída por Isabel Lopes da Silva. Pelo Partido Socialista, Pedro Rodrigues substitui Teresa Almeida; Fernanda Paredes substitui Óscar Rodrigues. Maria Carvalho Ferreira substitui Jorge Moreira da Silva, isto já em relação ao PSD.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Feitas as substituições, eu tenho aqui pelo menos duas moções. Eu julgo que os elementos, todos têm cópia das moções e as conhecem, ou não? Portanto, temos aqui duas moções, uma foi presente pelo PSD e CDS, em conjunto – se estiver errado, corrijam-me – e a outra também pelo CDS e PSD, também em conjunto. Como não foram distribuídos exemplares aos membros da Assembleia... Eu penso que é melhor. Têm cópias aí? Como a Assembleia – presumo eu – precisa de algum tempo para ler as moções, se calhar começava a ordem de trabalhos e dava a palavra ao público, e depois votávamos as moções. Alguém se opõe? Então, vamos adotar este procedimento. Eu vou dar a palavra ao público. Portanto, se alguém do público quiser intervir, faça o favor de se inscrever. Quando começarem a falar, pedia que se identificassem, dessa maneira como fez, ao microfone. Muito obrigado. Tem a palavra. Afonso Martins, sim senhor. Tem a palavra. Muito obrigado.

Álvaro Santos (Elemento do público): Muito boa noite. Exmo. Sr. Presidente em exercício da Assembleia de Freguesia, muito boa noite, primeiramente, Srs. Membros da Freguesia, Srs. Membros do Executivo da Freguesia.

Um dos pontos que me traz hoje aqui é pedir desculpa publicamente – embora eu já fizesse particularmente na Reunião do Executivo – da última Assembleia Extraordinária, em que o Sr. Presidente da Assembleia teve a amabilidade de me conceder um minuto, ou dois, para apresentar o meu problema, em colaboração com o Executivo, e eu levantei aqui o problema, e pus o pé na argola. E pus o pé na argola porque não tinha conhecimento de que a Junta já era possuidora do Parque das Missas, porque já não é considerado ????. Isto é um esclarecimento que eu tinha que fazer a todos os membros da Assembleia de Freguesia.

Por acaso, agora eu notei aqui nessa ata – eu sou Álvaro da Costa Santos, elemento do público, morador no Bairro de Belém, Rua 4, n.º 11, 1400-306. E quando eu levantei aqui o problema, agora vi na ata que na ata escapou aqui qualquer coisa, em que o Sr. Presidente do Executivo agradeceu a minha observação, mas na ata vem aqui a dizer: “Para começar...”, diz o Sr. Presidente, “... no Restelo tem lá uma placa, realmente, mas isso já foi.” Não é no Restelo, esta placa não é no Restelo, está no Parque das Missas. Era para retificar, se faz favor, esta ata. E eu peço que seja retificado, porque já uma vez apareceu numa ata sobre aquela estátua que está lá na Praça Ducla Soares, e nunca foi retificado.



Agora, em relação a algumas coisas que eu queria aqui apresentar, coisas que já foram faladas, e que eu não vejo tanto, que eu ralo-me muito com esta freguesia, isto é o padrão do nosso país. O que eu tinha aqui a apresentar era sobre a situação dos brasões das capitais de distrito, que continuam – isto já foi falado não sei quantas vezes, até o Sr. Sá Fernandes uma vez falou nisto, e mal, e parece-me que foi ele que levantou o problema, e aquilo não está a ter evolução nenhuma. Este é um dos problemas.

Outro problema é o asfalto, o asfalto aqui na Calçada do Galvão. Aquilo foi colocado, o necessário asfalto, só que a empresa – e isto é uma crítica, porque nós temos cá (parece que temos) um arquiteto a tempo inteiro (penso que é a tempo inteiro) e temos mais dois arquitetos, sem obrigação, porque não são remunerados, de maneira que dão o seu apoio. E quando se faz uma obra nesta Junta, neste espaço da Junta, devia ser visto se aquilo está bem, ou não, porque há pessoas com competência para ver aquilo. O que é que acontece neste asfalto? Se aquilo acontecer, em que um carro entre ali com uma roda na parte da sarjeta, eu sou o primeiro a ir dizer que a responsável é a Junta de Freguesia de Belém, porque os senhores fizeram o asfalto, e muito bem, mas esqueceram-se do pormenor nas sarjetas, que tem que ser também colocado com asfalto. Não, está lá com cimento. O que é que acontece? Os carros passam ali, e o cimento já está todo partido. Mais tarde ou mais cedo, uma daquelas grelhas vai para baixo.

Outra situação é as regas dos jardins. Penso que a Junta de Freguesia gastou alguns valores para pôr as regas automáticas. Uma vez falei aqui já nesta situação, como é que era dada assistência àquelas regas, porque aquilo tem que ter assistência, não é chegar ali e meter os tubos, e depois daqui a um ano, ou dois anos, é que vou regar, quando aquilo já está tudo queimado. Às vezes até se nota os cabos por fora dos jardins, aquilo não tem condições. Por quê? Porque ninguém liga. Este é outro ponto.

Uma outra situação que se está a deparar aqui em Belém são os problemas de sinais de trânsito. Parece-me que a Junta agora tem o encargo dos sinais de trânsito e das passadeiras, e nota-se, principalmente ali junto ao Museu dos Coches, está ali um sinal – e aquilo tem levantado muito problema – com sentido proibido, a prioridade de quem vem da Avenida da Índia, e o sinal está todo queimado lá, está todo queimado, nem se percebe que aquilo é um sinal, se é um sinal de trânsito, se não é. Por outro lado, ali num sítio em frente ao Museu dos Coches antigo, também se depara ali com um problema – penso que a Polícia está farta de levantar aquele problema, e não se resolve, uma coisa simples, meter uma seta no chão, vira para a direita, não vai em frente.

Outra situação que eu queria aqui apresentar é a das placas, que uma vez eu falei ao Sr. Presidente, se calhar aquilo passou – às vezes estas coisas são faladas mas não são anotadas, e como tem muito trabalho, passa. As placas do comércio: se há intenção, e muito bem, de valorizar o comércio da nossa



freguesia, a Câmara, em tempos, não sei se foi a freguesia que pôs aquela placa, se foi a Câmara – não deve ter sido, porque eles fizeram aquilo, não deve ter sido a Câmara – cortaram uma placa que estava junto à paragem do 28, onde é o Bananas, havia ali uma placa a dizer “Comércio”, para cima, e foi cortada. Isto já foi há um ano, que já tinha intenção de pôr lá. Não sei como é que é aquilo, mas no Restelo, no Restelo ninguém lá foi cortar – onde é o Careca, aquilo ninguém foi cortar.

Portanto, eram estas recomendações; as outras que tenho aqui são depois para quando for a Reunião Pública, no dia 3.

Uma coisa que eu queria só levantar aqui, eu já levantei ao Sr. Presidente, a passagem pedonal para o outro lado, como é que está esta situação, para a gente saber. A gente, às vezes, levanta os problemas... pretendo saber como é que está a situação. Não há uma passagem para o outro lado da zona ribeirinha, e está ali um cartaz no Museu dos Coches novo a dizer: “Aqui a futura ponte pedonal...”, mas aquilo é quase nada.

Agora não tenho mais nada a dizer. O resto será na Câmara.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Álvaro Costa Santos. Sr. Afonso Martins, tem a palavra, por favor.

Afonso Martins (Elemento do público): Ora, boa noite a todos. Queria pôr aqui três assuntos.

Um é de um tampão, daquelas caixas dos esgotos que estão no meio da via, na Rua da Junqueira, há um tampão que tem alguns dez centímetros de profundidade. Eu vejo ali os autocarros e os carros a baterem ali dentro. É junto ao n.º 484. E junto ao n.º 422 há uma que tem uns cinco centímetros, aí já é mais baixo.

E queria pôr, já agora, outra coisa, que eu já pus o assunto há uns anos, que é o espelho de visionamento em frente à Travessa Cais da Alfândega Velha. Acontece que os vândalos andam aí de noite, e partiram aquilo tudo, já há largo tempo mesmo. E portanto, queria pedir à Junta se havia possibilidades de pôr um novo espelho, mas mais pequeno, assim como também já encostou lá uma camioneta e entortou, porque aquilo há uma dificuldade em sair da Travessa para a Rua da Junqueira.

E queria, por último, um assunto sobre os Passeios Seniores. Acontece que inscrevi-me para o Passeio Sénior, para o dia 20, e a Sra. Funcionária procurou-me se eu já tinha ido a algum passeio; eu disse que não. Acontece que o meu nome – e segundo se consta, as pessoas que vão a um passeio, não vão a outro. Acontece que eu não fui a esse passeio, e puseram-me como suplente. Portanto, há qualquer coisa que está mal: ou o funcionário não tem conhecimento, ou há um desleixo total sobre esta situação, porque há as listas inscritas de um e de



outro, para verificar, na minha opinião, quem foi e quem não foi. Pronto. E também, Sr. Presidente, eu vejo aqui, à volta da nossa freguesia, outras freguesias em que as pessoas não ficam em terra. Se há pessoas para outra camioneta, ou não encham a camioneta, as pessoas vão todas. Conheço Alcântara, Ajuda e Campo de Ourique. Eu falo com essas pessoas, e nenhuma fica em terra. Por que é que será que só aqui na nossa freguesia é que há pessoas que ficam em terra? Não haverá verba, mais uns euros, para as pessoas não ficarem em terra?

Era só isto que eu queria dizer. Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Afonso Martins. Sr. Presidente, tem a palavra para responder às questões que foram postas pelos fregueses. Há mais uma pessoa? Sr. Caetano, um cumprimento especial para si, que já há muito tempo que não o via.

José Caetano (Elemento do público): Boa noite, meus senhores e senhoras, Srs. Membros do Executivo, Srs. Moradores. Sou José Caetano. Há uns tempos que ando ausente, é verdade, mas tenho o lugar bem ocupado por outras pessoas.

A minha intervenção neste momento aqui prende-se praticamente só com um ponto, que na sociedade portuguesa todos os dias dá nos telejornais, hora a hora, a agressividade dos cães na via pública em Belém, é uma área a ter em conta, rigorosa, porque os acidentes acontecem, como os senhores sabem, Executivo, e algumas pessoas que estão aqui, com certeza, sabem que eu estou num ponto estratégico de Belém atualmente, e assisto a isso minuto a minuto, insultos pessoais, não digo de hora a hora, mas todos os dias, entre os senhores passeantes de animais, e quem não tem animais, e quem os tem e os cuida como tal, e quem os tem e não sabem ter animais. Isto é grave para todos nós. Todos os senhores veem os telejornais, ainda há minutos isto aconteceu. Não há semana nenhuma, ou dia nenhum – e isto são os que vêm para a comunicação social, porque há muitos mais que não são do conhecimento público, de certeza absoluta, e conheço vários. Portanto, como os senhores sabem, Belém, e o local exatamente onde eu estou é frequentado diariamente por centenas de crianças indefesas, que vêm da minha aldeia, da aldeia de todos nós, a nível nacional, são descarregados os autocarros e vêm ali para lanchar ou almoçar no jardim, na relva – que devia estar muito melhor tratada, já estive pior, esperemos que melhore. Mas, não faz sentido que os senhores, não sei se está aqui alguém dos defensores, da proteção dos animais – não tenho nada contra os animais, pelo contrário, mas os responsáveis é que têm que ser altamente responsabilizados, e que não têm qualquer respeito pelas crianças que estão ali – os senhores veem ali, com certeza, todos os dias, o movimento de crianças, vinte, trinta, em grupos, e os senhores dos animais passam calmamente, com animais soltos, sem trela, sem açaimo, e são uns campeões. Pronto. Uma coisa é a falta de higiene – os meus netos, ainda há dias foi uma neta do Algarve, juntaram-se ali os netos, as crianças, filhos, netos, todos nós, a



lançar, e que entretanto o senhor dos cãesinhos passou calmamente, passeando um pastor alemão, ou outra coisa qualquer, sem qualquer cuidado. Ora bom, uma coisa é a higiene, a outra é o risco da reação do animal, é um risco que se vê todos os dias. E eu penso que a Junta deve agir rapidamente nesse sentido, havendo pessoas, com certeza, que têm animais em casa, e que, se calhar, não gostam desta minha reação, entre aspas, agressiva, em defesa desta causa, mas é urgente, é urgente porque alguns cartazes, em tempos, à volta da Praça do Império, na Vasco da Gama, houve ali assim uns cartazes, mas que alguém partiu, não sei por quê, mas está bem. Mas, perante o que está a acontecer todos os dias na sociedade, é urgente que a Junta tome atitudes, através da Polícia Municipal, ou através da PSP, ou outra coisa qualquer, chamem-lhe o que quiserem, mas os senhores não podem continuar a passear cães à sua livre vontade com crianças ali a almoçar. Higiene primeiro, por um lado, e a outra é a segurança, que é outra mais grave. Há oito dias, um cão, num lar improvisado, matou uma senhora. É público. Ontem, outra criança que não sei quê, agora outro. Eu pergunto: por que é que os senhores protetores, ou a sociedade protetora dos animais, não faz uma comunicação pública nesse jornal a alertar esses senhores, que querem defender os direitos dos animais – e muito bem, sim senhor, mas deve-se incutir na cabeça que têm que assumir responsabilidades. Este é um assunto.

Outra coisa: está iminente uma inauguração de um jardim em Caselas. Verdade ou mentira? Aconselho, em princípio defendendo um pouco a continuação da conversa que estava a ter sobre o assunto anterior, a que aquele jardim, antes de inaugurado, falta-lhe lá algumas coisas importantes: duas cancelas para os cães vadios não entrarem, porque já alguém ameaçou alguém, a trinta metros, porque foi lá meter os cãesinhos no jardim que ainda não foi inaugurado – não sei se os senhores conhecem, mas devem conhecer, com certeza, é em Caselas, faz parte da freguesia agora. Infelizmente, foi para lá passear os cãesinhos – ainda não foi inaugurado, mas levou para lá os cãesinhos. Portanto, acho que pôr lá umas cancelas, uma coisa simples, como está ali no Jardim de Belém para as crianças, uma cancela para os cães marginais não entrarem; e os que estiverem a acompanhar os animais, pelo menos vão pensar um bocadinho, que isto está reservado para crianças.

Caselas está a ser privilegiada, segundo ouço dizer na freguesia, em algumas coisas, é verdade. Mas, já agora, um pequeno jeito mais, um pequeno arranjo à volta do moinho, que é o único que há na freguesia, no Moinho de Caselas. À volta do moinho – o moinho está muito bonito, está branquinho, à alentejana, é verdade, mas à volta, no jardim, eu acho que não fica nada mal dar ali um pequeno jeito àquilo. E uma pena, que podiam ter feito quando andaram a alcatroar o bairro, também aquele ??? não ficava nada mal pôr ali um bocadinho de betão, ainda que mal feito, não ficava nada mal. Mas, pode ser que entre numa próxima.

Depois, também se falou, em tempos, de ser colocado em Caselas, na extrema da freguesia, S. Francisco Xavier não tinha esquadra, agora tem anexado um



Posto de Polícia lá. Não justifica um Posto de Polícia permanente, mas há uma área no Alto do Restelo, que é espaço público, não ficaria, se calhar, mal ali um mini Posto de Polícia, para a zona de S. Francisco Xavier, naquele espaço que era da EPUL, se calhar ficava ali bem um Posto Móvel da Polícia.

E tenho dito, meus senhores. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Sr. Presidente, tem a palavra para responder aos fregueses.

Presidente do Executivo: Muito obrigado. Boa noite, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, caros colegas, população em geral. Muito obrigado pelas vossas intervenções.

Vou começar pelo Sr. Álvaro Santos, e de facto, vou começar pela primeira questão de que tinha falado, que era a questão de um pedido de desculpa por não saber que o Terreiro das Missas estava a cargo da Junta de Freguesia. Não, não tem nada que pedir desculpa, isto não é um problema, foi uma conversa que tivemos aqui, não interpretei nada disso como negativo, estávamos a conversar, depois informámos, isso está tudo na documentação. Foi uma das zonas que tinha passado para a Junta de Freguesia, ficou a cargo da Junta de Freguesia aquando da reorganização administrativa da cidade de Lisboa, ficou uma área a nosso cargo. E portanto, como tal, estava lá que era do Porto de Lisboa, de facto, mas agora é da Junta de Freguesia.

A situação dos brasões na Praça do Império é uma situação que, como sabem – e se forem hoje à internet está lá uma intervenção que tive ocasião de fazer na Assembleia da República sobre essa matéria, que consideramos gritante, até mais, escaldante, e que, de uma forma escaldante, vai ser reformulado todo o projeto na Praça do Império, com o desaparecimento dos brasões, por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa. Foi a Câmara e a Assembleia Municipal, as forças políticas que neste momento têm maioria assim o decidiram. Eu tive ocasião, como deputado municipal, de frisar a posição do meu Partido, e a minha, pessoalmente, sobre essa matéria, como Presidente de Junta também, lamentei que isso fosse para a frente. Ainda conseguimos corrigir uma outra situação, grave situação, que já conseguimos impedir que fosse criado um pequeno morro entre a Avenida da Índia e a Praça do Império, ??? preservar o jardim de uma acústica que podia vir da zona dos carros, da Avenida da Índia, mas que iria retirar toda a vista dos Jerónimos para o rio e do rio para os Jerónimos. Mas, de qualquer forma, vai avançar, vai avançar toda aquela destruição do que resta dos brasões. Pronto, estamos em democracia, foi decidido pela Assembleia Municipal, pelas forças políticas que neste momento decidem isso, e a pessoa, de facto, que ficou a cargo, pela Câmara Municipal de Lisboa, nessa matéria, foi o Vereador Sá Fernandes e o Presidente Fernando Medina.



Quanto ao asfalto na Calçada do Galvão, lá vem mais uma situação ??? isso é matéria exclusiva da Câmara Municipal de Lisboa, o asfaltamento das ruas. A Calçada do Galvão foi feita, sim senhor, com o nosso apoio, foi-nos pedido o nosso parecer, nós achámos que se devia, e havia umas verbas, nessa altura, para se fazer algumas melhorias, que era uma das artérias a melhorar, achamos que foi positivo. Agora, quem tem a incumbência de verificar se está tudo bem feito depois não são os nossos funcionários, são os da Câmara, porque é uma obra da Câmara, que é a dona da obra. E portanto, obviamente, se nós virmos que está muita coisa mal feita, intercedemos junto da Câmara, para ver se conseguem mandar melhorar, ou mandar retificar essa situação que está mal feita, mas não é nossa incumbência; é uma obra da Câmara. E eu vi lá os fiscais – atenção, estou-me a lembrar concretamente de um dia em que vi lá uns fiscais, até lhes perguntei o que é que estavam a fazer, eram da Câmara, disseram que estavam a verificar o trabalho que tinha sido feito, se estava tudo em condições.

Quanto às regas automáticas, isso já é connosco. Isso já é connosco, as regas automáticas dos espaços verdes, temos a freguesia, praticamente, em grande parte dos locais, com rega automática, há outros que ainda temos que pôr, já melhorámos várias zonas – escuso de estar a repetir-me, as várias zonas em que já colocámos, e iremos colocar mais rega automática, porque ambientalmente é muito correto, por se gastar menos água. Nós temos uma das maiores empresas a tratar da manutenção dos jardins, e de facto, pode acontecer um caso ou outro, como é evidente, acontece, mas imediatamente ??? o que se passa, isso é o normal, isso acontece. Isso acontece, só não acontece onde não há rega automática. Muitas vezes até sou eu que vejo, às tantas da noite, os furos, e avisamos, e espero que a população nos vá apoiando também. Se virem alguma coisa que não esteja correta, ou que esteja a falhar, que nos avisem. Mas, temos sempre brigadas na rua a tratar disto.

Sinalização e passadeiras: estávamos a falar daquela à frente do Museu dos Coches, é uma situação inacreditável, ??? essa matéria. O polícia sinaleiro, o Sr. Paixão, está farto de falar dessa matéria, vou voltar a insistir. É muito fácil, aquilo é só pôr, quem vai aqui no sentido, descer a Esquadra de Belém para o Museu dos Coches, pôr uma seta do lado direito a dizer que é para a direita, e uma seta do lado esquerdo, a dizer que vai em frente. E depois, lá ao fundo, fazer um risco contínuo. Aliás, há uma semana, eu acho que eles puseram já uns pinos em plástico. Pronto. Mas, é uma coisa que custa muito pouco, vou voltar a insistir com a Câmara – isso é matéria da Câmara, da mobilidade, pronto – para ver se, realmente, eles conseguem de vez retificar isso.

Quanto às placas da zona comercial, posso dizer que fomos nós, achámos que era correto chamar à atenção das pessoas de que há uma zona comercial também na Rua dos Jerónimos, a pedido de vários comerciantes, porque era muito injusto também não assinalar isso, além da de Belém. Mas, a Câmara, que é quem tem competência para pôr as placas, não entendeu, e retirou aquelas. Pronto. Fizemos o nosso possível, mas não se lembraram da zona comercial do Restelo, mas realmente está-se a indicar às pessoas que existe ali uma zona



comercial por excelência. Portanto, vamos ajudar o comércio. Fizemos o nosso papel, já disse à Câmara, agora temos que ir sempre insistindo para nos devolverem as placas, que aquilo custa dinheiro.

Quanto à passagem pedonal para as zonas ribeirinhas – passagens, estamos aqui a falar em várias, aliás, vão ser três agora: primeiro, acabei de passar por lá há uma hora, e no Padrão dos Descobrimentos já está quase, isto é, já está colocado o equipamento com as plataformas para se passar de um lado para o outro, ainda não está tudo acabado, já foram colocados de um lado, quarta-feira fica definitivamente, e pela primeira vez vai haver uma passagem para o outro lado de deficientes e de pessoas com cadeirinhas de bebés, que é uma coisa que até agora nunca tinha acontecido. Já assisti a cenas confrangedoras, com deficientes, com os carrinhos, pessoas deficientes sem conseguirem passar para o lado de lá. Na quarta-feira já deve estar tudo concluído, estão a ser colocados.

Quanto ao da Praça em frente ao Museu dos Coches, também já está a começar o concurso, é o Governo que está a tratar disso, aquele prolongamento da via pedonal ciclável. E quanto ao outro, da EDP, também já estão a cortar ??? e começar a preparar tudo para a passagem desnivelada. Isto quanto ao Sr. Álvaro Santos.

Quanto ao Sr. Afonso Martins, fala do tampão na via pública na Rua da Junqueira, junto ao n.º 484, desnivelado. Vamos ver o que é que se passa. Há vários; infelizmente, há vários tampões desnivelados. Há vários tampões desnivelados, é mais uma questão da Câmara, porque é na via pública, e nós, dentro daquela perspetiva ??? mesmo que não seja uma competência nossa, como eleitos locais, fazemos. Não somos nós que temos que regularizar essa situação, mas pelo menos intercedemos junto de quem de direito, que deve resolver essa situação. Como tal, iremos insistir junto de quem de direito, neste caso da Câmara, para ver se consegue melhorar, se for uma questão muito óbvia e perigosa.

O espelho é outra questão que já pode ser connosco. A colocação de um espelho na Travessa do Cais da Alfândega Velha – é aquela mais pequenina, não é? Travessa do Cais da Alfândega Velha, o espelho está todo partido, é um problema de vandalismo. Mas, nós vamos ser mais teimosos, vamos recolocar o espelho.

Quanto aos Passeios Seniores: Sr. Afonso Martins, posso estar de acordo em muitas coisas consigo, mas eu vou-lhe dizer uma coisa: eu gostaria – gostaria, não, que isso era mau para nós, mas já tive imensas reclamações destes casos, e depois vamos ver, na altura, e depois não é nada. Isto é, aqui não é o momento ideal para estarmos a ver isso, porque não tenho aqui quem de direito, a Dra. Joana Henriques é que trata disso, e depois poderá dar essas informações. Mas convido-o, amanhã, se quiser, a ir lá à Junta, e vamos falar com o técnico, vamos averiguar isso, o que é que se passou. E nós, nessas questões, geralmente temos conseguido levar as pessoas quase todas, isto é, ninguém tem ficado em



terra. Eu estou-me a lembrar, porque havia uma senhora a refilar muito, e depois, às tantas, fomos ver que ela, no final de contas, afinal tinha ido, e depois, às tantas, estivemos a ver lá na documentação, ela não tinha razão. Não estou a dizer que o senhor não tem razão, estou a convidá-lo para, *in loco*, ir lá comigo, diretamente, vamos falar e ver o que é que se passou concretamente. De manhã, ao fim da manhã, se quiser. Depois do almoço temos uma Reunião Pública do Executivo, às quinze horas, se quiser, na Reunião Pública do Executivo, eu vou pedir a ela para lá estar. Ok, tudo bem, às quinze horas, e vamos ver isso. Não vou dizer mais nada sobre isso. Mas, geralmente, há sempre reclamações, pessoas que gostam, e ainda bem que gostam, e tal, mas depois vamos ver, e realmente não têm razão, foi aquilo, foi acolotro, não foi a tempo, enfim. Eu gostaria que as pessoas tivessem razão, muitas vezes, mas não tem havido esse problema; se calhar amanhã vai ser a primeira vez em que vamos ter um cidadão com razão nessa matéria. Somos muito cuidadosos nesse aspeto, aquilo é à frente de toda a gente. Como aquilo é à frente de toda a gente, não pode haver assim batota, é difícil fazer-se batota, porque é um sorteio livre, aberto. Bem, mas amanhã vamos ver isso concretamente, às quinze horas.

Quanto ao Sr. José Caetano, cães na via pública, higiene e risco: concordo consigo, gosto muito de cães, também tenho cães, passeio-os, Deus me livre de sair com o cão para a rua sem trela e sem saquinho de plástico. Agora, de facto, ali no Jardim Vasco da Gama já temos visto situações. Mas também lhes posso dizer uma coisa: já tenho avisado vários colegas ultimamente por causa disso também. Ainda no outro dia estava a falar com uma amiga minha que nem acreditava, e eu disse ??? a polícia foi lá ??? foi apanhado na rua, ??? e teve que pagar uma coima porque o cão não tinha nem açaimé – tinha fugido de casa – e não tinha o registo. Eu, como Presidente da Junta, tive que mandar instaurar um processo de contraordenação, e a respetiva coima. Bem, mas na via pública, de facto, tenho visto vários, e alguns de raças perigosas, já vi, na Vasco da Gama, pessoas que não podem andar com o cão, que dizem: “O cão não faz mal”, e tal; não faz mal, é como o outro, é evidente que pode fazer mal, e o cão, realmente, é um espelho do dono, muitas vezes: os cães fazem mal porque os donos os tratam mal. Mas isso das raças perigosas, de facto, também existem de alguma forma. Agora, se existe uma lei, tem que ser cumprida. Eu já tive cães grandes, que não são cães de raça perigosa ???, mas não são cães de raça perigosa. Agora tenho um Labrador, mas Deus me livre de os soltar, às vezes até na brincadeira, eles vão a correr, e tal, acertam numa criança sem querer, a criança cai no chão, às vezes até na brincadeira. Não temos o direito de incomodar os outros, a nossa liberdade termina aí. E por isso, estamos atentos, posso-lhe dizer que tem havido por parte das forças policiais esse cuidado, porque temos vários casos, neste momento, a ser analisados.

O Jardim a inaugurar no Miradouro de Caselas: olhe, ainda não foi inaugurado porque achámos que não estava em condições de ser inaugurado. Estivemos lá a ver, faltam lá umas coisas. E portanto, não aceitámos a obra, mandámos reformular o que era para reformular e pôr aquilo em condições, como devia de ser. Agora, estou em desacordo com uma coisa: eu acho que era muito mais



propício a pôr lá cães se pusermos uma cancela, porque se o senhor põe a cancela, eles entram lá dentro, metem lá o cão, fecham a cancela, e estão lá com o cão sossegadinhos. E é verdade, veja o que se passa no Jardim da Duarte Pacheco Pereira, que tem cancela, a quantidade de vezes que eu digo para tirarem de lá os cães, mas está lá uma tabuleta a dizer que é proibido entrar cães. Pode-se eventualmente pôr lá uma tabuleta a dizer que é proibido, mas ali não, porque é diferente. Ali, por acaso, não estou de acordo, não é um parque infantil, é um jardim. Por exemplo, é equiparado ao que está ao lado da Duarte Pacheco Pereira, ao lado do parque infantil, que são uns caminhos onde podem andar lá cães, desde que estejam com a trela. Aquilo é um jardim para as pessoas irem passear com o seu cão, podem ir para lá, com certeza, podem levá-lo com trela. Agora, não é para o deixarem solto, isso é que não podem. Agora, era muito mais propenso a largarem um cão se aquilo tivesse uma cancela, porque assim estão sossegadinhos. Até porque estamos a pensar fazer, pôr um pilarete lá naquela entrada, para evitar que se metam lá carros dentro. Mas, realmente, têm havido algumas questões com o piso, ao pé das tabelas de basquete que ficaram mal, mais umas trepadeiras que é preciso pôr, e de facto, está quase a ser inaugurado.

Arranjo à volta do Moinho de Caselas: o Moinho de Caselas foi todo arranjado, aquilo está impecável; mas ali à volta também não está mal. Está bem, mas está arranjada, está arranjada. Podia ter lá umas florzinhas, umas orquídeas, ou isso, mas está arranjada. Eu percebo que aquela estrada à volta, ??? aquele bocadinho à volta do moinho. Percebo que se devia arranjar aquela coisa ??? acabou de se pavimentar tudo em Caselas, falta aquele bocado. Pode ser que numa próxima oportunidade.

Posto da PSP de Caselas, isto é que é uma história fantástica: como sabe, nem a Junta de Freguesia das Avenidas Novas tem uma esquadra. Nós somos uns felizardos por termos aqui uma esquadra ????. E neste momento, há freguesias que nem esquadra têm, e nós ainda temos ????. Mas, mais: oferecemos uma viatura à Polícia para estar de uma forma mais rápida e permanente em vários sítios da freguesia, há quatro meses; há quatro meses que a viatura continua parada. Parada, à espera da burocracia, de uma coisa que se chama ????. Eu já tive ontem conhecimento pelo Sr. Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças, que finalmente foi assinado agora o despacho – a Polícia ainda não sabe – pelo Sr. Ministro das Finanças, para o carro ir para a polícia, mas a polícia recusava-se a andar com o carro se não tivesse o despacho lá do Ministério das Finanças.

Por isso, quanto à colocação de um mini Posto, em S. Francisco Xavier, da Polícia, esqueça. Ouça, eu conheço bem o assunto, já estivemos no Comando Metropolitano de Lisboa, numa altura com o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta, com outros, no Comando Metropolitano de Lisboa, falámos de todo o reordenamento da zona de Lisboa que estava a ser feito. Aqui entre nós, ainda somos uns privilegiados desta parte toda, porque temos a 4.^a Divisão, temos a Esquadra de Belém, e temos aqui alguns meios em relação a outras



zonas da cidade – como eu digo, das vinte e quatro Juntas de Freguesia, há várias que não têm qualquer Posto de Polícia, ou qualquer Esquadra.

E fundamentalmente é isto. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Se for uma pergunta direta, eu dou-lhe a palavra, mas tem que ser rápido.

José Caetano (Elemento do público): Vou ser muito rápido. É o seguinte: falava aqui que o Sr. Vereador Sá Fernandes propõe que alternativa à volta da Praça do Império, dos brasões. Qual é a alternativa que apresenta para aquilo? Sr. Presidente, gostaria que o Sr. Presidente perguntasse ao Sr. Vereador Sá Fernandes, se é que ainda não respondeu, o que é que apresenta como alternativa aos brasões. E em último caso, se a freguesia e o Executivo entende que aquilo não prejudica ninguém, façam um referendo à freguesia, se é contra ou a favor da manutenção dos mesmos.

Tenho dito.

Presidente da Mesa: Obrigado. Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Os brasões da Praça do Império vão ser substituídos – aliás, o jardim vai ser substituído, vai ser feito um novo jardim, com um projeto da Arq.^a Cristina Castelo Branco, que ganhou um concurso de ideias na Câmara de Lisboa, o projeto está à disposição da população, já foi bastante debatido. Como disse, conseguimos evitar alguns aspetos nocivos, que era aquele morro que dava para a Avenida da Índia, e que tapava a visibilidade toda dos Jerónimos e do Rio Tejo, já foi importante isso. Há outros aspetos. Onde estão os atuais brasões, aquilo vai ser relva, e vão chegar aquela parte de pedra mais para o pé do lago, de maneira que as pessoas que tiverem que passar ali vão ficar todas molhadas com a chuva, com o vento, mas até pode ser interessante para as pessoas que estiverem com muito calor ????. Mas, estão avisados sobre isso tudo, isso foi muito debatido, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, quer na própria Comissão do Ambiente, de que eu também faço parte, e tive ocasião de expor as nossas ideias sobre essa matéria. Estão perfeitamente conscientes disso, o Sr. Vereador Sá Fernandes – mais uma vez, repito – disse-me que era contra os brasões, que era sinal de ???, todos, e que não gostava do nome “do Império”, que até se devia mudar o nome “Praça do Império”, ainda se tentou abordar essa matéria, ser “Praça da Lusofonia”, assim uma coisa qualquer. Mas, o que é que quer que eu faça? Eu sou democrata, aquilo foi aprovado lá, lavrámos o nosso protesto.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente, acabou a sua intervenção? Muito obrigado.



Eu tenho aqui uma carta, que é um convite, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Belém, que é um convite para a 6.^a Corrida “Caminhada Dona Estefânia – Dia da Mãe”, dia 7 de maio. Eu passo a ler aqui só o parágrafo importante:

“Serve a presente carta para renovar o convite à participação de V. Exa., convite que agradecemos que torne extensível às forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia, solicitando que, logo que possível, seja enviada a confirmação de presença para qualquer dos contatos inscritos no final da página. Relembramos a existência de um extenso programa de atividades para as crianças, com início às nove horas, no local.”

Está aqui a carta, depois fica na Junta de Freguesia. Portanto, se houver algum interesse de alguém, ou de alguma força política, procurem esses contatos.

Tem a palavra, Sr. Presidente, se é algum esclarecimento adicional.

Presidente do Executivo: Sobre essa matéria, quero dizer que a Junta também foi convocada para estar presente – isto é, primeiro pediram-nos o apoio, um apoio financeiro e não só, um apoio em geral para essa causa, que nós apoiámos e vamos dar um pequeno apoio financeiro, que já foi decidido em Executivo, para essa causa. E eu próprio, como Presidente da Junta, irei lá estar presente na partida, fui convidado para lá estar.

Presidente da Mesa: Portanto, está feito o convite; quem estiver interessado, obterá as informações que pretender.

Vamos continuar a nossa ordem de trabalhos, mas antes disso há a questão das moções. Alguém quer tomar a palavra relativamente a alguma das moções, ou em relação às duas moções?

Hélder Correia (CDS-PP): Boa noite a todos.

Parece-me que é conveniente ler as moções antes de as votarmos, e é essa a proposta.

Presidente da Mesa: O PSD e o CDS, conjuntamente como proponentes da proposta, ou subscritores da proposta, se calhar dou-lhe a palavra a si, se quiser ler. Muito obrigado.

Hélder Correia (CDS-PP): Muito obrigado. Então, a primeira moção é a moção “25 de abril”, na qual os proponentes dizem o seguinte:

“Considerando que no dia 25 de abril de 1974 se pôs termo ao regime do Estado Novo, iniciando um período em que o povo passou a gozar de liberdade, nomeadamente nas suas vertentes cívicas e sociais;



Considerando que no dia 25 de abril de 1974 se iniciou uma etapa da construção da democracia e da liberdade em Portugal, que viria a ser consolidada com o 25 de novembro de 1975;

Considerando que no dia 25 de abril de 1975 ocorreram as primeiras eleições universais e livres em Portugal;

Considerando que o regime saído do 25 de abril de 1974 é o precursor da construção do Poder Local;

Considerando que o Poder Local está consubstanciado nas autarquias locais, nas quais a freguesia tem uma especial importância pela proximidade aos problemas das populações;

E considerando ainda que a Assembleia de Freguesia de Belém é o órgão deliberativo e representativo do povo de Belém;

A Assembleia de Freguesia de Belém, reunida hoje, delibera saudar o 25 de abril e, por ocasião da efeméride, todos aqueles que, ao longo dos tempos, lutaram e deram a vida pela Liberdade.

Belém, 27 de abril de 2017”

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Alguém quer tomar a palavra relativamente a esta moção? Não querendo ninguém tomar a palavra, eu vou pô-la à votação. Quem vota contra? Quem vota a favor? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade. Muito obrigado.

A segunda moção, “1.º de maio”, foi proposta conjuntamente, não sei se quer tomar a palavra, se quer continuar.

Helena Ramalho (PSD): Boa noite.

Moção:

“Considerando que no dia 1 de maio de 1886, nos Estados Unidos, mais concretamente nas ruas de Chicago, se iniciou a luta – Revolta de Haymarket – por uma jornada laboral de oito horas;

Considerando que em 1889, em Paris e por proposta de Raymond Lavigne, o 1.º de maio é escolhido como data de luta pela jornada laboral das oito horas, como homenagem às lutas sindicais de Chicago;

Considerando que em 1 de maio de 1891, em França, ocorreu a morte de dez pessoas que se manifestavam pela jornada laboral das oito horas, reforçando o dia como um dia de luta dos trabalhadores;



Considerando que no calendário litúrgico, no 1.º de maio se celebra a memória de S. José Operário, por se tratar do santo padroeiro dos trabalhadores;

Considerando que o 1.º de maio é hoje reconhecido um pouco por todo o mundo como o Dia do Trabalhador;

Considerando a proximidade da data de 1.º de maio;

Considerando que a Assembleia de Freguesia de Belém é o órgão deliberativo e representativo do povo de Belém;

A Assembleia de Freguesia de Belém, reunida hoje, delibera saudar o 1.º de maio e, por ocasião desta efeméride, todos os trabalhadores da freguesia, da cidade, do país e do mundo.”

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Helena Ramalho.

Alguém quer tomar a palavra relativamente a esta moção “1.º de maio”? Não havendo ninguém para intervir, eu vou pôr também à votação. Quem vota contra? Quem vota a favor? Por unanimidade também. Aprovada por unanimidade.

Vamos, então, dar continuidade à nossa ordem de trabalhos. E temos o **Ponto n.º 2**, que é o Período de antes da ordem do dia. Se alguém tem alguma questão a colocar, eu dava-lhe a palavra. Diga o seu nome, se faz favor. Tem a palavra.

Ana Coelho (PS): Boa noite a todos, ao público, que hoje está muito bem representado. Boa noite aos colegas de Bancada, à Mesa.

Eu começava por cumprimentar o Sr. Presidente da Junta, nomeadamente pelas melhorias introduzidas na documentação apresentada hoje, nomeadamente no que diz respeito às atas das reuniões, em que já temos, desta vez, uma ordem de trabalhos, temos uma capa para cada uma das atas, com uma ordem de trabalhos e com as listas de presenças.

Cumprimentava também relativamente à apresentação de documentação mais extensa relativamente às contas do ano de 2016, e também ao Mapa de Pessoal, que desta vez já vem mais detalhado, e portanto, permite uma maior transparência, uma melhor apreciação de todos os documentos.

No entanto, queria ressaltar que no *site* da Junta continuam a não estar disponíveis as atas de uma maneira atualizada – a última que lá está, salvo erro, é de setembro de 2014. Portanto, hoje em dia os *sites* das instituições são veículos muito adequados para cederem informação do trabalho que se faz, e nomeadamente aquilo que são os documentos das Assembleias de Freguesia. Portanto, eu iria propor, e aproveitando que já temos umas atas mais



personalizadas, que seria bom que passasse a ser esse o formato que aparecesse no *site* da Junta.

Queria referir ainda um outro assunto, que na reunião de 22 de dezembro houve um documento que nós discutimos aqui que levantou alguma polémica, alguma discussão, e que não estava completamente claro o texto desse documento, que se tratava de um protocolo estabelecido com a PSP relativamente à doação de um veículo automóvel. Portanto, nesse protocolo era referido que o veículo ia ser usado para uma atividade que não estava completamente esclarecida. E na altura, depois de muito discutido isso aqui, foi sugerido, até pelo Presidente da Mesa, que o Sr. Presidente fizesse um esclarecimento escrito relativamente a esta dúvida, e que fosse entregue na próxima Assembleia de Freguesia. Uma vez que esta é a primeira ordinária depois dessa outra, nós não recebemos esse esclarecimento, e portanto, vínhamos reforçar a necessidade de fazer esse esclarecimento.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Tem a palavra.

Fernanda Santos (PS): Queria apresentar os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos colegas da Bancada e também ao público.

A questão é muito simples, Sr. Presidente: nas últimas Assembleias tivemos aqui uma discussão – no bom sentido – sobre o número de famílias carenciadas que beneficiavam dos cartões – que eram cabazes – solidários. E a pergunta que ficou por responder, e que eu aguardo hoje uma resposta, é sobre o número efetivo de pedidos que foram submetidos por parte das famílias. Ou seja, o número que vem novamente sublinhado na informação escrita do Sr. Presidente neste trimestre é que são trezentas e trinta as famílias carenciadas; a questão que tinha colocado é se são só estas as famílias carenciadas, ou se houve mais famílias a fazer pedidos, quantos foram esses pedidos dirigidos à Junta de Freguesia por parte das famílias, e qual foi o motivo da sua recusa. Se os números estivessem assim bem trabalhados, gostaria até de saber qual é o valor médio a que corresponde a entrega destes cabazes a cada uma das famílias também.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Fernanda Santos. Sr. Presidente, tem a palavra.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Bem, ao membro da Assembleia de Freguesia Ana Coelho, muito boa noite. Agradeço as suas felicitações, quer pela qualidade, quer pela quantidade de informação que nós temos aqui na documentação – não é só o Presidente da



Junta, também é a própria Assembleia, a própria Mesa da Assembleia que ajudou a elaborar essa documentação. Estamos todos a tentar melhorar a apresentação para que as coisas sejam mais claras, e V. Exas. possam ter mais informação e melhor, para nos poderem melhor fiscalizar na nossa atividade, e isso é positivo.

No *site*, de facto, temos que melhorar várias coisas. De facto, temos de colocar, vamos tentar melhorar isso. Mas posso-vos dizer que tem sido a apagar fogos, e ouve-se falar de ???, temos uma auditoria do Tribunal de Contas a funcionar, ainda não temos relatório final. No meu entendimento, as coisas têm corrido corretamente, de forma correta. No âmbito da cidade de Lisboa, estranhamente fomos a primeira freguesia de Lisboa a ser presenteada com esta auditoria, não é nada que não estivéssemos à espera, mas isso tem-nos, de facto, tirado muito tempo, porque, como sabem, temos que estar praticamente à disposição dos auditores, vinte e quatro horas por dia, ou quase. E neste momento, com o fecho das contas e tudo, sem instalações, sem pessoal em condições para trabalhar, como toda a gente sabe, não é fácil. E portanto, agora não é uma altura adequada para conseguirmos fazer essa retificação, neste momento, porque temos, realmente, algumas preocupações mais complicadas para resolver nesta altura, e estamos com essas situações para resolver no dia a dia, com a falta de meios que ainda temos, e que ainda vamos ter mais uns anos – o que nos dizem ??? dez anos, ou quinze anos, que demorou a reorganização administrativa, mas estamos a levar água ao moinho. Não me estou a desculpar, mas tem que se levar em devida conta, de facto, que não tem sido nada fácil. Mas, pronto, vamos tentar colocar as atas da Assembleia de Freguesia no *site*.

Quanto à Reunião Pública de dezembro, vamos lá ver: nós assinámos um protocolo, que é um modelo padrão da PSP para este tipo de situações, em todo o país isto é usado. Foi fundamentalmente a PSP que elaborou este protocolo, nós por acaso fizemos uma alteração, nós fizemos uma alteração, cortámos aquela parte em que ficávamos nós a financiar depois as manutenções do carro. É um carro em primeira mão, depois ainda tínhamos a manutenção, a Polícia que faça a manutenção do carro, já bem basta termos que fazer do nosso parque automóvel. Mas, está bem, se acham que não está devidamente esclarecido, eu vou analisar o protocolo e enviarei para os membros da Assembleia de Freguesia um esclarecimento, frisando algumas cláusulas do protocolo, frisando o teor das mesmas, com algum cuidado foi feito esse protocolo, para realmente haver uma maior intervenção policial na nossa Freguesia de Belém. Mas, penso que isso está óbvio no texto do protocolo. Mas, se acham que falta mais alguma informação, eu posso fazer uma, assinada por mim, fazendo referência ao protocolo ??? essas situações, e posso enviar para V. Exas.

Quanto ao membro da Assembleia Fernanda Paredes, dizer quantas famílias: das trezentas e trinta famílias carenciadas, como sabem, só podem ser aceites as famílias que se candidatam, que tenham rendimentos até ao IAS, que é de 419€, ou 421€, mais ou menos. Quase toda a gente se candidatou, tiveram um apoio que já sabem ??? as condições. Muito poucas pessoas se candidataram



sabendo que não tinham esse apoio. Mas, posso-lhe dizer que não foram aceites – sabia que não é um número muito significativo – não foram aceites meia dúzia, seis famílias. Portanto, isto depois depende; o valor médio, não sei se o Dr. João Carvalhosa sabe qual é o valor médio. Posso-lhe dizer que consoante os rendimentos e o número de elementos, isso é aferido pelos nossos técnicos. E de facto, o rendimento, não faço ideia neste momento, médio, mas isto é nos termos do que tem sido feito todos os anos. Portanto, não foi nada mudado sobre essa matéria; só a única coisa que mudou foi a utilização, porque antigamente tínhamos cabazes, aqueles cabazes do Pingo Doce, grandes, havia famílias que tinham uma dúzia de cabazes, outras tinham três ou quatro, consoante o grau. Mas, depois ficavam durante todo o ano. Agora têm um cartão, e o cartão é válido durante todo o ano, comprando, entre aspas, os produtos no supermercado, vão gerindo com esse cartão, e assim, com toda a privacidade e com mais ligeireza, podem ir buscar os bens no dia a dia, à medida que vão necessitando dos mesmos.

E era isto.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Tem a palavra, Fernanda Paredes.

Fernanda Santos (PS): Não quero, francamente, alongar esta discussão, mas parece-me uma justificação bastante insuficiente. Acho que é legítimo tentar saber, ou querer saber qual é que é o valor do apoio que é concedido a estas famílias carenciadas. Portanto, já sabemos que houve duzentas e trinta e seis candidaturas, houve seis recusas, mas efetivamente é uma verba que é disponibilizada a partir da Junta de Freguesia, e portanto, era interessante e importante para nós sabermos qual é que é o valor que se presta a estas famílias, qual é que é o montante para fazer estas compras, estes cartões do Pingo Doce. É uma questão de clareza e transparência.

Presidente da Mesa: Muito bem, Fernanda Paredes, muito obrigado.

Presidente do Executivo: É só fazermos aqui uma conta, o montante geral dividido pelas trezentas e trinta famílias. Mas, está aqui o valor.

João Carvalhosa (Vogal): Os cabazes, para já, para terem uma ideia, há cerca de vinte tipologias de cabazes alimentares, que variam consoante o agregado familiar – vai desde a pessoa sozinha até ao casal com, imagine, seis filhos. O valor dos cabazes oscila entre os 100€ e os 565€, os cabazes alimentares. Os cabazes de higiene, nós só temos quatro, e reduzimos o número de cabazes, e aprovámos as candidaturas. Os cabazes de higiene variam entre 30€ e 100€. Ou seja, imaginem, uma família A20, a família maior que nós temos aqui, tem 565€ de alimentação, mais 100€ de higiene. Uma família A20 tem seis adultos e duas crianças; há os casos contrários, ter dois adultos e seis crianças. Há famílias que têm esta quantidade de pessoas em casa. Mas, por exemplo, o A1, que é só um adulto, são 100€ de alimentar, mais 30€ de higiene.



Presidente da Mesa: Muito obrigado, João Carvalhosa.

Presidente do Executivo: E isto é cruzado com outras entidades. Não estou a dizer que não nos podem enganar em algumas situações, com certeza é natural que isso aconteça, mas são coisas mínimas; está uma situação perfeitamente controlada.

Presidente da Mesa: Dados estes esclarecimentos, posso passar ao ponto seguinte? Ana Coelho, se faz favor, tem a palavra.

Ana Coelho (PS): Só para dar uma ajuda ao Sr. Presidente da Junta, relativamente ao ponto que foquei há pouco, na altura quis ler mas não consegui encontrar, relativamente à questão que está pendente, aquilo que era preciso esclarecer, e que foi discutido na altura, era uma frase que dizia que “o veículo automóvel é afeto preferencialmente ao programa de policiamento acordado”, e não estava descrito qual era esse programa de policiamento. Era isso que era preciso esclarecer.

Presidente do Executivo: Posso-vos dizer que é o policiamento de proximidade.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Podemos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, que é a Apreciação e aprovação das atas das sessões de 22/12/2016 e 20/02/2017.

Portanto, eu creio que receberam, todos os elementos da Assembleia receberam em casa as transcrições, exatamente, e têm as capas também. Foi feita aqui uma pequena alteração, mas que é de redação, de escrita, na ata de 22 de dezembro, tínhamos indicado “aos vinte e sete dias do mês de setembro”, quando afinal é “aos vinte e dois dias do mês de dezembro”. Foi feita essa alteração, e feita essa alteração, vamos pôr, então, à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovadas por unanimidade. Portanto, isto é extensível às duas atas. Muito obrigado.

Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, **Ponto n.º 4**, Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2016.

Eu dava a palavra a quem a quiser tomar sobre esta matéria. Se calhar, eu deixava que pusessem as questões, e depois o Sr. Presidente respondia. Faz questão de apresentar? Acham melhor que o Sr. Presidente faça uma explanação deste ponto da ordem de trabalhos? E depois, enfim, se alguém quiser pôr alguma questão... Sr. Presidente, tem a palavra.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.



Isto assim pode ajudar um pouco, depois, até para as próprias perguntas, porque de uma forma sintética, poderemos dizer que no referente à contabilidade patrimonial, aqui apresentadas as contas, no exercício de 2016, o resultado líquido do exercício cresceu de 392.260€ para 735.823€, tendo-se registado um aumento do passivo de 34.720€ para 80.293€, todo ele de conta corrente. A Freguesia de Belém tem uma boa situação patrimonial, com o seu património a corresponder a 63,7% do ativo.

Quanto à questão da contabilidade orçamental, na parte referente à receita, a receita teve um comportamento, uma evolução positiva em 2016, passando de 5.095.035€, em 2015, para 5.834.853€, isto é, um crescimento de 14,5%, quase 15%. Em relação à estimativa global da receita, verificou-se uma adequada orçamentação da mesma, tendo em conta algumas incertezas existentes, sendo naturalmente bastante positiva uma taxa de execução acima dos 104%.

Na despesa, conforme previsto, a despesa aumentou em 2016, passando de 4.119.695€ para 4.602.070€, um crescimento de 11,7%. O incremento, em termos de grandes agregados, muito significativo na aquisição de bens de capital, com um crescimento acima dos 160%, em linha com o que se praticou na receita e em resultado dos protocolos estabelecidos com o Município de Lisboa. A taxa de execução ficou nos 82,51%, em linha com os 87,84% observados em 2015. Se tivermos apenas em conta os recursos efetivamente gerados no ano de 2016, a taxa de execução orçamental corrente foi quase 95%, o que é ótimo.

O resultado orçamental: a receita do exercício corrente foi de 4.854.946€, enquanto a despesa foi de 4.602.070€, com um saldo de execução orçamental corrente que foi de 252.876€, abaixo dos 312.062€ de 2015. Assim, o saldo de execução orçamental cresce de 979.907€ para 1.232.783€, em 2016.

Portanto, de uma forma geral, são estas as questões lineares, mais concretas, para salientar, mas estou à disposição dos Srs. Membros da Assembleia para esclarecer eventuais dúvidas.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Dou, então, a palavra aos membros da Assembleia, a quem a quiser tomar. Ana Coelho, tem a palavra.

Ana Coelho (PS): Relativamente a este ponto, e como acabámos de ouvir o Sr. Presidente explicar, realmente temos uma situação muito saudável nas contas da freguesia, que permitiu inclusivamente ter uma poupança, digamos assim, reservas de cerca de 1.200.000€, ou 1.300.000€, que corresponde a cerca de 20% do Orçamento da Junta de Freguesia. Sabendo – todos nós temos consciência disso – que há várias necessidades na freguesia, a nossa pergunta vai fundamentalmente para perceber o porquê de manter estas reservas e não fazer investimento com estas verbas que estão disponíveis, que correspondem a cerca de um quinto do Orçamento da freguesia.



Presidente da Mesa: Mais alguém quer tomar a palavra sobre este ponto da ordem de trabalhos? Não havendo mais ninguém para tomar a palavra, Sr. Presidente, faça favor.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Nesta matéria precisa, posso dizer-lhe, como frisei, que a nossa execução orçamental não poderia ter sido melhor, isto é, porque nós não podemos entrar em aventuras, porque não nos podemos estar a fiar só em situações que a Câmara nos há de mandar depois, porque tivemos já alguns casos, e já temos apanhado alguns sustos. Aliás, neste momento temos várias verbas por receber da Câmara, e se não recebermos isso, temos que avançar com este dinheiro. Posso-vos dizer por quê, até vos posso dizer um caso concreto: estamos a tentar obter algumas verbas de algumas despesas que vamos fazer de investimento na piscina, e no outro dia o Vereador Máximo chegou-nos a dizer: “Calma aí.” Disseram para nós avançarmos, e agora o Tribunal de Contas chumbou-nos metade do empréstimo. Eram para ser 250.000.000€, e vão ser só 125.000.000€, e se calhar não temos dinheiro. De 250.000.000€ para 125.000.000€. E agora, se calhar, não temos dinheiro. E nós ficávamos pendurados. Estamos a fazer um esforço com a Câmara, para ver se conseguimos que nos pague, visto que de boa fé fomos fazendo essas obras, é investimento, é a Câmara que tinha que pagar, mas não posso entrar em aventureirismos. Portanto, têm que haver verbas disponíveis para o caso da situação de falharem. Mas, a execução tem sido feita ??? as verbas que vão ????. Agora, uma gestão prudente obriga-nos a ter algum conforto para este tipo de situações, porque se não forem realizadas, nós temos que assumir esses compromissos. Agora, temos que pensar que ainda não temos instalações adequadas, estamos a tratar disso. Posso-vos dizer que está a ser feito um grande esforço para ficarmos com a parte de cima, onde é a Embaixada de Timor, estão bem encaminhadas as negociações, temos esperança, num futuro breve, de termos isso, e de facto, aí já ficávamos em condições. Agora, tem sido muito difícil conciliar toda a atividade que temos de desenvolver, com a auditoria do Tribunal de Contas, com o fecho de contas, com a falta de pessoal que temos ??? pedir autorização para abrir mais alguns concursos para entrar mais pessoas, que já verificámos que há situações super delicadas, e que precisamos de um reforço rápido. E por isso, são despesas que de um momento para o outro temos que suprir, e que temos que estar preparados para isso.

Portanto, quando eu mostro os elementos que mostrei, pode parecer *ad initium* que estamos com uma situação completamente folgada, e não estamos, porque de um momento para o outro, ficamos pendurados. E nós não podemos, não há mais ninguém que nos salve.

Vou pedir ao Dr. João Carvalhosa para completar.

João Carvalhosa (Vogal): Muito obrigado, Sr. Presidente.



De facto, como o Sr. Presidente estava a dizer, isto assim a cru, parece que estamos cheios de dinheiro – perdoem-me a expressão. Mas, de facto, não é bem assim; temos uma situação segura. Nestes valores que estão aqui considerados, e isto já aconteceu noutras anos, se se lembrarem de anos anteriores em que isto foi acontecendo, por exemplo, os protocolos de delegação de competências que foram assinados com a Câmara no meio do verão passado, e onde foram transferidos já 60% desse valor do protocolo, nós só agora, por exemplo, é que estamos a começar a gastar esse dinheiro, porque só agora os projetos é que estão a ser finalizados. E portanto, estamos a gastar, são 260.000€ que foram recebidos e não gastos, mas que têm que estar cativos para isto. Além disso, além deste valor, nós temos que adiantar os restantes 40%, que só nos são pagos quando as obras estiverem todas feitas, o que quer dizer, por exemplo, que só para isto nós temos que ter aqui uma margem financeira à volta de 150.000€, para depois a Câmara nos devolver mais tarde – nunca se sabe. E há aqui fatores que são imponderáveis, e daí nós termos, ao longo dos anos, cada vez criado mais segurança. Dou-vos dois exemplos, um que aconteceu no início de 2016, e portanto, ainda bem que tínhamos uma situação confortável, que foi por não haver Orçamento de Estado no início, o Estado devia-nos passar por mês cerca de 260.000€, nos primeiros dois meses do ano, em cada mês só nos passou, se não estou em erro, 68.000€. Ou seja, se nós não tivéssemos essa almofada, os 170.000€ ou 180.000€ de diferença, nessa altura, nós não tínhamos conseguido fazer face às despesas correntes da Junta. E depois, há outras coisas que vão surgindo, sabe-se lá – enfim, nós sabemos de onde, e que são completas injustiças em relação às autarquias locais. Por exemplo, no Orçamento de Estado já de 2016, embora isso só tivesse repercussão mais tarde, porque só muito mais tarde é que começaram a cobrar isso às Juntas, por exemplo, as autarquias locais passaram a ter que pagar as despesas dos seus funcionários no Sistema Nacional de Saúde, que é uma forma, no fundo, de diminuir o valor que é atribuído às Juntas de Freguesia e às Câmaras Municipais, não dizendo que o estão a fazer. Porque que sentido é que faz? Os funcionários já pagam os seus impostos, pagam as suas contribuições para a Segurança Social, e depois a Junta de Freguesia tem de pagar os custos que os funcionários têm na Segurança Social com medicamentos e com médicos. Estamos a falar de uma verba que para uma Junta como a nossa ronda os 30.000€ por ano. E isto são coisas que aparecem assim. Por exemplo, no início deste ano, no Orçamento de 2017, decidiram que a verba a transferir para a Junta, que era trimestral, era até ao dia 15 de cada primeiro mês do trimestre, passaria a ser mensal. Ora, podem-nos dizer assim: “Bem, mas no final do ano, os senhores recebem o mesmo.” É verdade, mas todos nós sabemos, por exemplo, se nós estamos a fazer investimentos, ou se precisamos de dinheiro e estamos a contar com esse dinheiro, temos que fazer ao contrário: não podemos fazer esses investimentos e temos que esperar mais tempo para poder amearhar. Agora, à partida, nós tínhamos um bolo e geríamos o bolo como queríamos, e a verdade é que nunca faltou dinheiro na Junta de Freguesia. Muitas vezes, são estes imponderáveis que nos vão surgindo que nos levam a ter uma grande segurança, e uma grande cautela na gestão das contas. E lá



está, nós podíamos pensar assim: “Mas, um milhão de euros é muito dinheiro.” Um milhão de euros, se acontecer alguma coisa, não chega para pagar as despesas da Junta de Freguesia durante três meses e meio, se por acaso acontecer alguma coisa.

Presidente do Executivo: E mais, só queria referir aqui que deste montante, pelo menos 500.000€ estão consignados para os protocolos, deste montante ficam livres setecentos e tal mil. Não é assim uma coisa muito grande, isto rapidamente... Portanto, não é ???; isto é ter muita gestão e muita prudência no meio disto tudo.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente, estamos esclarecidos.

Fernanda Santos (PS): Posso só acrescentar aqui, de todo o modo, e também fazendo minhas as palavras da minha colega Ana, efetivamente também só temos aqui de elogiar a boa gestão destes dinheiros. Efetivamente, temos uma receita que é de 14%, há uma despesa de 11%, e portanto, isto significa que há uma gestão muito cautelosa do dinheiro que pertence à Junta de Freguesia.

No entanto, aquilo que nós aqui queríamos também deixar frisado é que este milhão – um milhão, quase – tem estado a transitar, ou seja, não têm acontecido situações que, de um momento para o outro, a Junta não consiga acautelar, ou que os protocolos da autarquia falhem, porque, na verdade, este saldo de gerência tem transitado, de 2015 para 2016, de 2016 para 2017. Ou seja, aquilo que chamam de almofada, é quase um colchão, um bocadinho mais confortável do que uma almofada. E a nossa questão é se esta cautela não poderá também estar a ser excessiva quando há coisas que fazem falta, quando há investimentos que poderiam ser feitos em maior benefício da freguesia. E há receitas aqui que se tem verificado que estão a crescer e que vão continuar a crescer, nomeadamente as taxas de ocupação do espaço público, por exemplo, com o volume de turismo que temos, e com as *ruletes* que estamos a ver, e aqui a surgir, e portanto, isto traz verbas para a nossa freguesia. A questão é como é que os fregueses podem também beneficiar deste aumento de verbas e deste saldo de gerência.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Fernanda Paredes.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Vamos lá ver, não há nada de muito importante que esteja por fazer; isto é, se houver alguma coisa por melhorar, e que tenha alguma importância, nós estamos em condições de atacar esse problema e de resolver as situações. Não há nada por fazer de muito importante. Estamos em cima do acontecimento, e as prioridades estão definidas, e quando há emergências – que pode haver a qualquer momento – nós estamos preparados para isso. Agora, posso-vos dizer que há situações – por exemplo, a não aprovação do Orçamento de Estado pode criar sempre problemas, temos que estar preparados para isso, ainda por cima



com um Governo, que é a “geringonça”, de um momento para o outro a “geringonça” abre para um lado ou para o outro ????. Portanto, temos que pensar nessa hipótese. Claro, temos que pensar nessa hipótese. Portanto, mais uma razão para termos alguma cautela.

Mas, eu vou passar ao Dr. João Carvalhosa, para complementar.

João Carvalhosa (Vogal): Mais uma vez, o colchão, admito, é bom, mas eu acho que é bom, de facto, nós termos a noção dos números, a noção do que se gasta. Só para vos dar um exemplo, que não se passou na nossa freguesia, mas que se passou na Freguesia do Parque das Nações, em que teve um problema com a piscina, que é uma piscina parecida com a nossa, 300.000€???, assim. Portanto, quando, de facto, estamos a falar em equipamentos deste género, estamos a falar sempre de muito dinheiro. Nós tivemos que fazer, por exemplo, intervenções urgentes na piscina em agosto de 2016, no ano passado, que só essas intervenções foram cerca de 250.000€, assim também de repente, porque estávamos com problemas de infiltrações, estavam os tetos a cair, só assim também foram 250.000€ à vida, assim.

Presidente do Executivo: Muito obrigado. E só para referir uma coisa, que é o seguinte: a Piscina do Restelo é a piscina mais barata de Lisboa. Até o próprio Presidente da Câmara já o disse uma vez: “Por que é que não sobe?” Nós estamos a tentar, porque isto é um serviço que estamos a prestar à população. Portanto, temos estado à vontade com os atuais preços, não tem nada a ver com os praticados noutras piscinas em Lisboa, é a mais barata. Agora, temos que perceber uma coisa: nós apenas temos, neste momento, 720.000€ disponíveis para qualquer situação. Está bem, não é mau, mas não se pode dizer que estejamos completamente à vontade. Os outros 500.000€ estão consignados para protocolos.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mais alguém quer tomar a palavra sobre esta matéria? Senão, vamos passar à votação. Posso pôr à votação, então? Estamos a votar o Ponto n.º 4 da ordem de trabalhos, os Documentos de Prestação de Contas relativamente a 2016. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, aprovado com uma (1) abstenção, do PCP, da Isabel Silva, e votos a favor do PS, do PSD e CDS. Portanto, doze (12) votos a favor, e uma (1) abstenção.

Vamos, então, passar ao **Ponto n.º 5** da ordem de trabalhos, Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2017 (PPI e PPA).

Sr. Presidente, quer dar uma palavrinha sobre este assunto? Tem a palavra, então.



Presidente do Executivo: Ora, trata-se da 1.^a Revisão ao Orçamento e Opções do Plano. Sr. Presidente, fundamentalmente, esta 1.^a revisão em que é solicitada a vossa aprovação é fundamentalmente ocasionada por duas coisas: pela transição dos saldos do ano anterior e pelos 100.000€ que a Junta de Freguesia já recebeu do Terreiro das Missas, cuja votação foi aqui aprovada na última reunião, com os votos a favor da Bancada do PSD e do CDS, e os votos contra do PS, e não estava presente a senhora do PCP. Portanto, esses 100.000€ já chegaram, já estão nas contas da Junta de Freguesia, e havia, portanto, que se encaixar no nosso Orçamento. E portanto, foi uma das razões, como já tinha dito, que já estava essa verba para depois procedermos à reabilitação do Terreiro das Missas, quando acabar a exposição. Fundamentalmente é isso.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Dada esta explicação, eu ponho à consideração da Assembleia se alguém quer tomar a palavra. Ana Coelho, tem a palavra.

Ana Coelho (PS): Sr. Presidente, eu estava à espera que estas explicações fossem um bocadinho mais detalhadas, ou mais extensas, porque, realmente, há aqui um valor total de 1.334.000€, que tem a ver com as alterações que vão ser introduzidas neste Orçamento, e o Sr. Presidente só falou dos 100.000€ da taxa de ocupação. Já agora, se pudesse falar do restante, agradeceríamos.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Eu assumo aqui alguma quota de responsabilidade nesta explicação mínima, porque como já perceberam, eu procuro sempre impor alguma celeridade, senão não acabamos em hora devida. E portanto, também peço as minhas desculpas por isso, mas certamente compreenderão. Sr. Presidente, tem a palavra.

Presidente do Executivo: Como há bocado já tinha referido, os 500.000€ são da verba que está consignada a protocolos, e os setecentos e tal mil é a parte que está disponível. E depois, temos aí os 100.000€, que foi isso que está aí. Portanto, neste momento, o saldo transitado é essa parte que estava aí. Portanto, é isso. ??? consignado, esses 500.000€ estão consignados, do que transitou do exercício anterior, transição de saldos.

Presidente da Mesa: Ana Coelho, precisa de mais algum esclarecimento? Tem a palavra.

Ana Coelho (PS): Só uma questão: então, o valor que está consignado para as atuações que têm a ver com os protocolos estabelecidos com a Câmara, que são os 500.000€, não estão incluídos naquela verba que mencionávamos há pouco, que tem a ver com as receitas; são valores à parte. Pronto, é que há bocado não foi isso que ficou claro, acho eu, na explicação que foi dada, não ficou claro que eram duas verbas diferentes.



Presidente do Executivo: Mas, para uma explicação mais técnica, se quiser eu peço uma intervenção para o nosso consultor, para falar e esclarecer esses aspetos, essas questões mais técnicas. É melhor, neste caso, para tirar qualquer dúvida. Pode ser, Sr. Presidente? Talvez seja positivo.

Presidente da Mesa: É necessário? Luís Costa, se faz favor, então. Não sei se estive com atenção à questão que está em discussão.

Luís Costa (Consultor): Penso que percebi. Boa noite.

Em relação à revisão orçamental, como o Sr. Presidente explicou, nós temos essencialmente duas fontes de receita: a primeira são os saldos, que este ano há um saldo consignado e um saldo livre, que é o saldo que o Sr. Presidente referiu anteriormente, isto é, temos quinhentos e qualquer coisa mil, que são verbas dos protocolos assinados que não foram utilizadas, e portanto, têm que estar consignadas. Depois, há um saldo livre, de 720.000€, há os 100.000€ - isto, estamos a falar das receitas – do aumento de taxas, e há umas pequenas verbas que entretanto se receberam, mais do que estava previsto.

Em contrapartida, na despesa, naturalmente que o que está consignado foi para investimento. Tem-se em conta nesta revisão orçamental as necessidades de aumento das despesas com pessoal com a revisão do Mapa de Pessoal que vai ser apreciada seguidamente, e portanto, é necessário que essas verbas estejam disponíveis no Orçamento. Fez-se depois uma análise do que se tinha gasto no ano passado, e dotaram-se as verbas de acordo com os gastos anteriores, e depois fez-se uma distribuição de verbas por verbas de investimento, essencialmente, se não estou em erro, porque, como é evidente, e como referiram, não é tradição desta Junta gastar todo o dinheiro em saldo, mas, legalmente, deve-se fazer a distribuição. Antigamente havia as dotações provisionais onde se metia o dinheiro que não se gastava; hoje em dia, isso não é permitido no Orçamento das autarquias, e portanto, tem que se distribuir as verbas pelas várias rubricas, e foi o que se fez.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Luís Costa. Helena Ramalho, tem a palavra.

Helena Ramalho (PSD): Eu penso que se repararmos... já agora, só uma achega: o saldo da execução orçamental de 2016 foram 1.232.783,66€. Isso é o somatório das duas últimas linhas, dá exatamente o valor do saldo de gerência do ano passado. Depois são os 100.000€, e depois são uns valores pequeninos, residuais. Portanto, isto nada mais é do que a afetação do saldo de gerência e da receita extraordinária, entre aspas, proveniente do Terreiro das Missas. É só. Portanto, tem que ser feita no âmbito de uma revisão orçamental, aumenta o valor da receita.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Helena Ramalho. Ana Coelho, está esclarecida?



Vamos passar, então, à votação do Ponto n.º 5 da ordem de trabalhos, que é a Aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2017. Quem vota contra? Quem vota a favor? Quem se abstém? Aprovado com os votos do PSD e do CDS, se eu vi bem, sete (7), e abstenção do PS e PCP.

Vamos passar ao **Ponto n.º 6** da ordem de trabalhos, que é a Apreciação do Relatório Final do Inventário de Reconciliação de Ativos a 31/12/2016.

Alguém quer tomar a palavra sobre esta matéria? Ana Coelho, tem a palavra.

Ana Coelho (PS): Portanto, neste relatório são mencionadas várias sugestões para o futuro, nomeadamente têm a ver com a atualização do inventário, e portanto, é também referido nestas sugestões que deve haver uma conciliação com o mapa contabilístico e com o inventário. E esta necessidade foi também apontada pelo Tribunal de Contas, eventualmente no âmbito da auditoria que o Sr. Presidente mencionou há pouco que está em curso. E além disso, diz-se que é importante definir a implementação de critérios para a aquisição, etiquetagem, ??? bases de dados, etc. A nossa pergunta vai no sentido de saber o que é que o Executivo pensa fazer para resolver estas questões que estão pendentes.

Presidente da Mesa: Mais alguém quer tomar a palavra sobre esta questão? Não querendo, dou a palavra ao Sr. Presidente, para dar os esclarecimentos.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Essa é, efetivamente, uma das várias matérias que estamos a tentar melhorar, até com base em algumas ajudas do próprio Tribunal de Contas, para contabilizar esses elementos em termos orçamentais, e de facto, aqui nesta matéria, já conseguimos, neste momento, fazer um ajustamento dos valores do balanço aos relatórios do inventário, nesta matéria específica. Mas, ainda há situações a melhorar, e como sabem, este é um ponto de situação, estamos na parte da auditoria do Tribunal de Contas, eles estão a fazer uma auditoria da reforma administrativa da cidade de Lisboa. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que estão a ir atrás, às anteriores Freguesias de Santa Maria de Belém e S. Francisco Xavier, e depois a ver se está tudo certo ao chegar ao encaixe de Belém. Portanto, havia alguns critérios diferentes, uns em Santa Maria de Belém, outros em S. Francisco Xavier. Portanto, é normal que houvesse, de vez em quando, algumas situações que poderiam não estar a coincidir concretamente, mas é isso que se está a aferir; nada de significativo, mas achamos que se deve melhorar isto. Mas, outra das razões também para esse efeito, e também já chegámos – vamos ter que voltar à mesma situação – é a questão de falta de instalações decentes. Não gosto de estar sempre a repetir isto, detesto as desculpas de falta de condições, mas, de facto, quando se está com três auditores permanentemente lá a pedir-nos documentação, e nós temos que ir buscar coisas – ainda por cima na altura do Simplex, diziam que não era preciso papel. Quem é que disse isso? É uma mentira total, querem os originais de tudo,



temos que andar pelos diferentes departamentos da freguesia, pelas garagens, pelas casas daquele e de acoltro, à procura de documentos, diferentes documentos – é verdade, onde quer que se ponha a documentação se não temos instalações em condições? Agora ??? que temos, e tentamos melhorar isso, mas não é nada fácil, e demora mais tempo, como é evidente. ??? e vai buscar ali; há coisas que temos que ir buscar fora, a outras instalações que temos. E andavam à procura dos papéis originais. Portanto, isto tudo também se aplica ao inventário, ??? se tem, se não tem, aquilo, acoltro, e tal. Isto é um trabalho que temos vindo a melhorar, estamos a tratar disso, e pronto, está pacífico, está controlado, mas estamos, a pouco e pouco, a melhorar isto. Mas, depois são coisas que não dependem só de nós. Repare, eu não gosto de estar sempre a dizer que a culpa é da Câmara, mas aqui, é evidente que para a reconciliação faltam ainda as fichas da Câmara, que ainda não chegaram. E nós estamos a falar de uma reforma administrativa que começou há quase quatro anos, e ainda não temos as fichas de reconciliação dos ativos que passaram da Câmara para nós. Mas, pronto, vamos tentando insistir com a Câmara, que precisamos disso para realmente irmos melhorando, mas isso passa-se também neste momento. E se fosse só isso, há mais situações destas. Mas, ??? calma, nada de pânico. Isto há de se ir fazendo, e graças a Deus estamos a melhorar a situação.

Presidente da Mesa: Obrigado, Sr. Presidente. Fernanda Paredes.

Fernanda Santos (PS): Sr. Presidente, a propósito desta auditoria, o Sr. Presidente tinha referido que não é de estranhar que fosse a primeira Junta de Freguesia de Lisboa a ser auditada pelo Tribunal de Contas, mas certamente não foi essa a razão concreta. Ou seja, há alguma razão específica que tivesse motivado esta auditoria por parte do Tribunal de Contas?

De todo o modo também gostaria de perguntar ainda se estas alterações que já se verificam aqui na informação que nos é dada, se já resultam dessa auditoria, se já foi alguma orientação ou exigência por parte do Tribunal de Contas – por exemplo, o Mapa de Pessoal, que já há tanto tempo perguntamos sobre a descrição de todos os efetivos que compõem a Junta de Freguesia, e que agora, este ano, surgiu, efetivamente, aqui na apresentação destes resultados. E portanto, isto já resulta desta intervenção por parte do Tribunal de Contas, e efetivamente, o que é que terá despoletado esta situação pelo Tribunal de Contas.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Não, é o que eu acabei de dizer há pouco: de facto, é uma auditoria ordinária, no âmbito da reforma administrativa de Lisboa, não foi proveniente de qualquer denúncia, ou de qualquer outra situação. Já tem havido em algumas freguesias, de facto, auditorias desse género, mas no âmbito da reorganização administrativa foi, de facto, a primeira – que é, por acaso, uma freguesia liderada pelo PSD, foi a primeira, nada que me admirasse. Depois, foi para a segunda,



para uma freguesia liderada pelo PCP (Carnide), e depois, finalmente, foram a uma liderada pelo PS (Olivais). Neste momento, estão nessas freguesias. Não, vamos lá ver: o que eu tenho aqui e posso dizer, quando eles chegaram, disse que, com certeza, é o vosso papel, sejam bem vindos, criar as melhores condições, mas é engraçado, é engraçado isto vir num ano de autárquicas. E até disse: “Tem piada...”, isto na altura do ex-Presidente, que ainda era o Oliveira Martins, “... em ano de autárquicas não costuma haver assim auditorias deste género.” Não é conveniente, pode até tirar-se outras ilações. E, de facto, eles disseram: “Por isso mesmo é que tentamos fazer isto o mais rapidamente possível, para não ser em cima das eleições.” Mas, por uma questão de prudência, nunca é muito normal, de facto, isto acontecer. Agora, de facto, Belém é a maior freguesia do PSD, e o facto de eles terem vindo para aqui, se calhar começaram pela parte ocidental. Agora, deram-me a entender que irão fazer em todas as freguesias de Lisboa, devido ao elevado número de meios financeiros que foram transferidos para as Juntas em Lisboa, iriam fazer a todas. Não, mas disseram mesmo que isto não é uma auditoria financeira, porque se fosse uma auditoria financeira, até mais documentos nos pediriam – não sei o que é que poderiam pedir mais do que já nos pediram, as fotocópias que já gastámos. Qual Simplex ??? Simplex. Mas, está a correr bem, tem sido tudo muito correto. Obviamente que ninguém gosta de ter uma auditoria, porque isso corta-nos muito a nossa atuação, estivemos praticamente ali parados, mas graças ao esforço dos nossos funcionários, dos nossos colaboradores – estamos a falar de pessoas que, de facto, são fantásticas, têm sido fantásticas, porque entretanto, relatório também não teve ??? alguns elementos, mas é o *feedback* que temos, penso que está a correr muito bem, atendendo às dificuldades que toda a gente sabe que existem, como é evidente. Mas, tomámos algumas medidas já, ou estamos a tomar, apercebemo-nos de algumas fragilidades que temos que reforçar. Com base nisso é que temos essas contratações que estão previstas, esses concursos para abertura do Mapa de Pessoal, em mais umas valências, reforçar a parte dos contratos públicos, a parte dos recursos humanos, a parte da contabilidade, por exemplo, são setores que nós vamos ter que reforçar muito rapidamente.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais algum esclarecimento?

Vamos passar, então, ao **Ponto n.º 7** da ordem de trabalhos, Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para 2017.

Sr. Presidente, eu dava-lhe a palavra, se houver alguma questão que queira aqui salientar. Não havendo assim nada de importante a salientar, eu punha esta questão à discussão. Fernanda Paredes, por favor.

Fernanda Santos (PS): Peço desculpa, mas queria também questionar se estas alterações que se verificam na documentação que nos foi entregue já resultam



desta intervenção por parte do Tribunal de Contas, ou não. A questão do Mapa de Pessoal, que nunca tinha sido facultado, e que agora foi facultado com a descrição que agora foi aqui apresentada.

Presidente do Executivo: Vamos lá ver, temos tido uma ligação muito estreita com o Tribunal de Contas, mas não existe... mas obviamente que também não sou insensível a situações que o próprio Tribunal de Contas foi sugerindo, com certeza. Não, mas já tínhamos esta ideia, mais ou menos, de reforçar estes setores, mas está tudo interligado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Sobre o Ponto n.º 7 da ordem de trabalhos, Isabel Silva, tem a palavra.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, dá-me licença que eu faça uma pergunta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia? É o seguinte: sobre o Mapa de Pessoal, no resumo, na última página, temos aqui as várias categorias. E logo na primeira página mostra-se a vontade de contratar mais dez técnicos superiores, mais um assistente técnico, conforme o senhor há bocado sugeriu, que queria abrir concursos para tal efeito. Eu pergunto: temos interesse em saber em que áreas é que esses técnicos superiores são desejáveis. Pronto, há a vontade de abrir concurso, o que é difícil, mas acaba por se poder, estão aqui mencionados os dez técnicos superiores, e gostaríamos de saber as áreas onde eles são necessários.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente, não sei se alguém quer tomar a palavra, estamos a discutir a questão do Mapa de Pessoal, Ponto n.º 7 da ordem de trabalhos. Portanto, se alguém quiser tomar a palavra sobre esta questão, eu dava-lha, para depois o Sr. Presidente responder. Mais alguém? Ana Coelho, tem a palavra.

Ana Coelho (PS): Portanto, eu notei que a D. Isabel não levantou esta questão, portanto, efetivamente, é proposta a contratação de dez técnicos superiores e um assistente técnico, mas depois a distribuição no quadro que vem abaixo só contempla, creio eu, nove pessoas. Não? E nesse mapa, nas observações, existe indicação, na área do desporto, a indicação de “novos”, que não é muito clara, e que gostaríamos de perceber melhor.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Ana Coelho. Sr. Presidente, tem a palavra.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Pronto, desses dez técnicos superiores e um assistente técnico, vamos começar pela parte do assistente técnico, nesse caso é para a contabilidade. Depois, os técnicos superiores, esses quatro que estão aí, um para contabilidade, um para recursos humanos, um para contratação pública e outro para gestão – já temos quatro. Depois, dois técnicos de ação social, estão aí dois técnicos superiores; depois, outros dois para o desporto, que são novos; e depois, mais dois para os



licenciamentos – e ficam os dez técnicos. Portanto, as áreas são a administração geral, é a ação social, desporto e licenciamentos. ??? pessoas em prestação de serviços, e portanto, queremos ter mesmo pessoas... não há nenhuma neste momento.

Presidente da Mesa: Isabel Silva, tem a palavra.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Sr. Presidente da Junta de Freguesia, esse técnico de contratação, que função é essa? Não conheço essa categoria.

Presidente do Executivo: Contratação pública. Eu vou explicar: é um aspeto em que nós temos que melhorar, na parte jurídica, e não só, que quaisquer concursos, hoje em dia, para contratar pessoas para a função pública, contratos, quer para a parte, por exemplo, dos autocarros que são precisos para as diferentes iniciativas que nós temos, faz-se logo uma contratação dos autocarros uma vez, e depois vai-se utilizando; há a parte da alimentação, dos Praia Campos, e dessas situações todas, a aquisição de bens e serviços. Portanto, é uma área fundamental. E depois, hoje em dia, tem que se pôr tudo nas plataformas, nas plataformas que existem. Era uma zona em que também estávamos com alguma dificuldade em começar a fazer isso, e se forem agora lá às nossas plataformas, já veem com muito mais clareza, com muito mais transparência. De facto, melhorámos, e estamos a melhorar essa área, mas ainda temos que reforçar.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Mas, é uma função nova, recente.

Presidente do Executivo: Não, o que eu estou a dizer é que há especialistas dessa matéria, e de facto, hoje em dia, é tudo à base desse tipo de serviço. É fundamental. Posso-lhe dizer ??? uma Junta de Freguesia, Alvalade, desde o início tinha lá uma pessoa só a fazer isso, por exemplo, que até foi uma técnica da Câmara que foi para lá, mas foi contente até. Pronto. Agora, nós, realmente, resolvemos apostar nessa matéria, que é fundamental. Pronto, e isso é fundamental, porque é para haver mais transparência nessas aquisições todas, e depois também estão à disposição de todas as entidades ??? plataformas.

Presidente da Mesa: Helena Ramalho, tem a palavra.

Helena Ramalho (PSD): É assim, eu posso falar do que faço: não há necessariamente uma licenciatura para contratação pública; eu sou economista, ??? contratação pública ??? está a ver? Portanto, contratação pública no sentido de aquisição de bens e serviços. A gente quer comprar garrafas de água, faz um procedimento. Contratação pública é isso, tudo o que se adquire no exterior, nas mais variadas coisas, e também pessoal, isso tem uma grande amplitude. A gente compra desde fósforos, cadeiras, bancos, secretárias, isso é tudo contratação pública. Não é necessário, não há uma licenciatura específica, talvez por isso não esteja aqui um jurista, ou alguém licenciado em economia,



ou gestão, ou administração pública. Podem é ser licenciados e saber muito de contratação pública.

Presidente da Mesa: Dra. Helena Ramalho, deixe-me puxar a brasa à minha sardinha, mas contratação vem de contratos, e contratos têm a ver com juristas, e assim é que devia ser. Muito obrigado. Não sei se mais alguém quer tomar a palavra sobre esta matéria. Ana Coelho, tem a palavra.

Ana Coelho (PS): Só uma pergunta, uma questão que me esqueci de colocar há pouco: portanto, estes contratos são contratos a tempo inteiro, durante seis meses.

Presidente do Executivo: O que está aqui, isto aqui são lugares para o Quadro. Portanto, os concursos que irão ser abertos, e temos que pedir autorização para ??? é mesmo contrato para funções públicas. Contrato de trabalho em funções públicas, exatamente.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ana Coelho (PS): Só para justificar a minha questão, porque creio que o impacto orçamental é só para seis meses, daí a minha questão.

Presidente da Mesa: Muito obrigado a todos.

Discutido o Mapa de Pessoal, eu vou pôr à votação o Ponto n.º 7 da ordem de trabalhos. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovado com os votos do PSD, CDS e PCP, e abstenção do PS.

Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, que é o **Ponto n.º 8**, Apreciação e aprovação de doações.

Eu não tenho aqui as doações. Sr. Presidente, não sei se quer muito resumidamente dizer de que doações se tratam.

Presidente do Executivo: Sim, senhor. As doações que nós temos, uma foi da DECO, e portanto, é esse material que está aí, que consta na proposta, ??? máquinas fotográficas digitais ????. Foi a DECO ???.

Presidente da Mesa: Entretanto, reparei que as propostas também foram distribuídas, e portanto, os membros conhecem certamente as doações.

Presidente do Executivo: A outra doação foi ??? sete equipamentos de futebol que eles já não queriam, então eles resolveram perguntar se estávamos interessados, nós estávamos interessados, e temos estado a dar a outras coletividades que nos têm pedido os equipamentos, é só substituir os emblemas.



Presidente da Mesa: Não sei se alguém quer colocar alguma questão adicional. Não querendo, eu vou pôr, então, à votação as duas doações – penso que posso pôr em conjunto as duas doações. Quem vota a favor? Por unanimidade. Portanto, aprovado o Ponto n.º 8 da ordem de trabalhos por unanimidade.

Vamos passar ao **Ponto n.º 9**, que é a Apreciação e aprovação da Norma de Funcionamento do Projeto “Pequenas Reparações”.

Eu não sei se o Sr. Presidente quer aqui salientar, dar algum sentido de grande reparação ou de pequena reparação. Se faz favor.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Não, isso é só para darmos forma a um projeto que já temos há uns tempos, mas que resolvemos, de uma forma realista, atendendo a uma realidade que temos aqui na freguesia, baixar de sessenta e cinco para cinquenta e cinco a idade elegível. Por lapso, estava aí cinquenta, mas não é, é cinquenta e cinco, que, aliás, é a idade em que, realmente, é-se considerado idoso, ou sénior. Idoso jovem. E de maneira que é um projeto que é para pequenas reparações – um canalizador, qualquer coisa no autoclismo, ou pôr uma lâmpada, ou arranjar uma tomada de eletricidade que está a provocar um curto-circuito. E realmente, é um voluntário que faz esse trabalho, sem cobrar pelo trabalho dele, mas nós pagamos o material. E portanto, isso funciona muito bem, são pequenas reparações.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Alguma questão que queiram ver esclarecida? Fernanda Paredes, tem a palavra.

Fernanda Santos (PS): Obrigada.

Relativamente a este projeto, é muito interessante, um auxílio para aqueles que precisam, e que é uma ajuda que a Junta pode prestar, e portanto, desde já felicitar pela iniciativa, que já decorre há algum tempo, de todo o modo.

Mas, fiquei aqui com uma dúvida sobre as contrapartidas para o voluntário. O voluntário, segundo fui consultar no *site*, é o Sr. José Luís Sobral, e diz aqui que as pessoas têm que entregar, têm que fazer uma inscrição na Junta. Mas depois, aqui o texto, na parte do funcionamento do projeto, quando fala na contrapartida para o voluntário, o texto parece não estar muito claro, porque diz que quando haja lugar a custo de material, este deve apresentar um orçamento do material, sendo a mão de obra voluntária. E depois diz: “Disponibilização do contrato às pessoas que nos solicitarem, e através do Boletim Informativo da Junta de Freguesia.” E eu, de facto, aqui fiquei com dúvidas, uma vez que as pessoas têm que se dirigir à autarquia para fazerem a candidatura para beneficiar deste serviço.



Outra dúvida: é só canalização e eletricidade? É uma pena, porque se efetivamente se estraga um estore, uma fechadura, essas reparações, por exemplo, não são contempladas neste programa? Ou a Junta não considera alargar um bocadinho mais para além da eletricidade e da canalização?

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Fernanda Paredes. Sr. Presidente, esclareça.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Não, nós nisso somos flexíveis. Agora, atenção a uma coisa: não é qualquer pessoa que pode fazer este acordo, é uma pessoa que tem rendimentos – isto é, tem de ser sinalizada pela nossa assistente social. Agora, uma pessoa que tenha mais do que essa idade, e tenha um rendimento superior, obviamente pode pedir, mas paga, é um acordo direto com essa pessoa. Vai-me dizer: “Qual é o interesse dessa pessoa?” Se calhar é porque é mais conhecido, e há pessoas que o conhecem e que o contratam, isso é outra história. Agora, connosco, a relação que existe ??? e esta pessoa, este profissional faz esse trabalho nessas condições: não nos cobra o trabalho, apenas os materiais. Agora, como é evidente, com certeza, nós também temos que fazer pequenas obras, também com os nossos meios, noutros casos concretos, e estamos a fazer em algumas casas assim também, situações de estores, de paredes infiltradas e situações desse género. Agora, isto realmente são apenas pequenas reparações, é mesmo aquela ficha que está com curto-circuito, e a pessoa idosa não sabe mexer, o autoclismo está a perder água, essas coisas muito pequeninas, em que é preciso substituir uma válvula, é mesmo isso. Mas, tudo o resto, nós também temos estado a fazer. São obras grandes ??? mas isso estamos a fazer também de outra forma, isso é outra coisa, os nossos colaboradores vão lá, e pronto, têm um contrato connosco, e nós pagamos ??? prestação de serviços para eles fazerem estes serviços.

Margarida Cabral (PSD): Tem muita procura este serviço de pequenas reparações?

Presidente do Executivo: Sim, tem. Eu posso-vos dizer que não começou com este senhor; começou primeiramente, já há muitos anos, com outro senhor, que entretanto ficou cego, não sei se conhecem, o Sr. Ribeiro, foi ele que começou, que teve a ideia, com muito afinco, mas que infelizmente, está com esse problema. Este programa estava muito ligado a ele, e depois é que passou aqui para o Sr. José Luís Sobral, quando o Sr. Ribeiro não pôde avançar.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Estamos esclarecidos?

Eu vou pôr à votação o Ponto n.º 9 da ordem de trabalhos, que é a Norma de Funcionamento do Projeto “Pequenas Reparações”. Quem vota contra? Quem vota a favor? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.



Passemos, então, ao **Ponto n.º 10** da ordem de trabalhos, Apreciação e votação dos protocolos relativos à CPCJ.

Eu presumo que tenham sido distribuídos. Portanto, se alguém quiser tomar a palavra e pedir algum esclarecimento à Junta, tem a palavra. Isabel Silva, tem a palavra.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de perguntar à Mesa, e na pessoa do Sr. Presidente da Junta, por que é que foi revogado este acordo com Campo de Ourique. Por quê? Era só isso.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente, tem a palavra.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Olhe, isto é assim: nós, aqui há uns anos, já tivemos cá a CPCJ também aqui na freguesia. Portanto, isto é, em Lisboa há quatro locais onde funcionam as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Quando saiu daqui, foi para Campo de Ourique, que nós não tínhamos instalações adequadas, como sabem, era no antigo Jardim Escola de Belém, funcionava lá provisoriamente, depois de algumas pequenas obras, essa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, não tinha condições para isso, e foi para Campo de Ourique, com condições que se achou que eram mais adequadas. E o protocolo foi com a Junta de Campo de Ourique. Mas agora, de facto, a Câmara, nomeadamente a Vereadora Catarina Vaz Pinto, necessitava das instalações, e houve, de facto, a possibilidade de termos umas instalações boas para esse efeito aqui no Restelo, na Rua Diogo Silves, aqui em cima, e de maneira que são duas frações, está aí a morada, os números 33A, B e 35. E de maneira que, neste momento, temos estes dois protocolos, um para fazer as obras lá dentro, para se adequar à realidade, e o outro depois para o funcionamento. E portanto, vai ser um serviço, e não vai só cobrir a Freguesia de Belém, mas vai cobrir outras freguesias da zona ocidental de Lisboa. Portanto, é um quarto das freguesias de Lisboa ????. De maneira que é mais uma responsabilidade para a Junta de Freguesia de Belém.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Está esclarecida, Isabel Silva?

Portanto, dados estes esclarecimentos, e não havendo mais questões a colocar, vou pôr à votação. Quem vota contra? Quem vota a favor? Aprovado por unanimidade o Ponto n.º 10 da ordem de trabalhos.

Vamos passar ao **Ponto n.º 11**, Apreciação e votação do protocolo de colaboração “Lisboa vai ao Parque”.



Alguém quer pôr alguma questão sobre este protocolo? Fernanda Paredes, tem a palavra.

Fernanda Santos (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Efetivamente, ainda não percebemos a intenção desta proposta. Esta é uma ação que já decorreu em 2016, que já foi desenvolvida, executada, não percebemos por que é que vem agora à Assembleia para solicitar a sua apreciação e votação.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

É um protocolo, e como sabe, os protocolos têm que vir todos à Assembleia de Freguesia. Portanto, este é um novo protocolo, são anuais, e portanto, o outro tinha sido no outro ano, e este é para este ano. É um novo protocolo.

Fernanda Santos (PS): A informação que aqui está presente, naquilo que nos foi facultado, é que se trata de uma informação até para arquivo, e portanto, que vai referir as atividades que foram desenvolvidas no âmbito deste protocolo em 2016. Mas, não temos informação sobre quais as atividades. Este protocolo é sobre as atividades do ano passado.

Presidente do Executivo: Vamos lá ver uma coisa: de facto, há um novo protocolo que vai ser assinado no sábado. Vai ser assinado no sábado. Se vai ser assinado no sábado, estamos a preparar esse protocolo. Das duas, uma: ou retira-se a proposta, e depois há de vir para ratificação... Então, retira-se a proposta, e depois vem para ratificação.

Presidente da Mesa: Então, vai ficar em ata que esta proposta vai ser retirada.

Presidente do Executivo: Peço desculpa, é uma ratificação ao protocolo, e o outro que há de vir ??? temos que ratificar o anterior, e o próximo há de vir em posterior Assembleia para ser ratificado.

Presidente da Mesa: Sim, senhor. Estão esclarecidos? Resumindo, Sr. Presidente, o Ponto n.º 11 da ordem de trabalhos fica redigido da seguinte maneira: Apreciação e ratificação do protocolo de colaboração “Lisboa vai ao Parque”. Está certo? E portanto, vou pôr à votação para ser ratificado. Quem vota contra? Quem vota a favor? Portanto, ratificado por unanimidade o Ponto n.º 11 da ordem de trabalhos.

Vamos passar ao **Ponto n.º 12** da ordem de trabalhos, Alteração ao Regulamento de Taxas.

Eu aqui também tenho uma dúvida, que eu creio que terá querido dizer “Alteração e votação ao Regulamento de Taxas”, ou estarei enganado? O que eu quero dizer é que isto tem que ser votado. Não estou enganado, pois não?



Exatamente, Apreciação e votação, assim é que é. O Ponto n.º 12 da ordem de trabalhos ficará assim redigido: Apreciação e votação à alteração do Regulamento de Taxas.

Eu dou a palavra ao Sr. Presidente, que é capaz de querer salientar aí alguma alteração em específico. Tem a palavra.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Desculpem lá, mas também há aqui uns pequenos lapsos. No primeiro parágrafo, ??? acesso à piscina, está “no acesso”, e depois, “quando se delibere”, no terceiro parágrafo, e é “que se delibere”. São pequenos lapsos, que peço que se possam alterar à mão.

O que se passa aqui é o seguinte: a Polícia, a PSP de Belém pediu-nos condições especiais para os seus elementos, que fazem vários serviços em conjunto connosco, poderem ter condições também especiais de acesso à piscina. Eles, aliás, para o próprio serviço deles, convém fazerem exercício. E portanto, a piscina é um ótimo meio para esse efeito. E nós achámos que tinha todo o sentido dar-lhes algumas condições, em termos idênticos aos próprios funcionários, que os colaboradores da Junta têm, e por isso mesmo propomos que, com a lista que está aí presente, que a todo o momento se vá alterando na medida em que ??? que damos esta condição especial para a PSP de Belém.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Alguém quer tomar a palavra sobre esta questão? Não querendo, eu vou pôr à votação. Quem vota a favor do Ponto n.º 12 da ordem de trabalhos, Apreciação e votação à alteração do Regulamento de Taxas? Aprovado por unanimidade.

Vamos passar ao último ponto da ordem de trabalhos, **Ponto n.º 13**, Informação escrita.

Como todos receberam a documentação da Junta de Freguesia, eu dava a palavra aos membros da Assembleia, se alguém quiser tomá-la. Pedro Rodrigues, tem a palavra.

Pedro Rodrigues (PS): Boa noite a todos, à Mesa, ao Executivo, às Bancadas.

Nós lemos com alguma atenção a informação do Presidente, e ficámos com alguma tristeza de ter sido um trimestre perdido, e percebemos que há uma justificação constante, que aqui foi dada também pelo Sr. Presidente, que foram as atividades que são fortemente condicionadas pela presença da auditoria do Tribunal de Contas. O que eu queria dizer com isto é que, de facto, nós quando vemos esta atividade que aqui apresenta, é uma atividade reduzida para um



trimestre, e ficamos com a sensação que, efetivamente, os condicionalismos que aqui evocou, que não parecem ser justificação. E portanto, também nesse sentido, gostaríamos de ter uma atividade ainda mais produtiva nesta freguesia.

E já que, de alguma forma, o relatório ainda não é conhecido, mas depois também deixar já aqui referido que, da parte da Bancada do PS, gostaríamos muito de ter acesso ao conteúdo do relatório que venha a ser produzido pelo próprio Tribunal de Contas.

E portanto, no fundo, vemos que aqui esta informação escrita tem só ??? achamos pouco. De facto, costumam-nos brindar com muito mais, e por isso mesmo, enfim, ficamos um pouco desapontados. Esperamos que o próximo trimestre, o segundo trimestre deste ano seja eventualmente um pouco mais composto, dado ao processo também de proximidade das eleições.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Pedro Rodrigues, muito obrigado. Eu não sei se alguém quer tomar a palavra. Quer tomar a palavra, Sr. Presidente?

Presidente do Executivo: Sim, só para dizer que peço imensa desculpa, porque no anterior Boletim só havia, salvo erro, duas fotografias, mas este já tem mais, mostra aqui o Presidente da Junta ??? já se conseguiu ter um bocadinho mais de atenção, para dar mais visibilidade às situações ??? e portanto, para as pessoas terem uma noção do que se está a fazer, das coisas mais importantes.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou dar a palavra aqui ao Manuel para ler a ata em minuta, e depois vamos pô-la à votação.

Manuel Machado (1.º Secretário): Manuel Machado, 2.º Secretário da Mesa, hoje como 1.º Secretário.

Ata em minuta:

“Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foram apreciadas em Reunião Ordinária de 27 de abril de 2017 as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta.

Aprovação da Moção “25 de abril”. Aprovada por unanimidade.

Aprovação da Moção “1.º de maio”. Aprovada por unanimidade.



Apreciação e aprovação das atas das sessões de 22/12/2016 e 20/02/2017. Aprovadas por unanimidade.

Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2016. Aprovado, com cinco (5) votos a favor do Partido Socialista, seis (6) do PSD, um (1) do CDS-PP, e uma (1) abstenção do PCP.

Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2017 (PPI e PPA). Foi aprovado, com seis (6) votos a favor do PSD, um (1) do CDS-PP, e cinco (5) abstenções do PS e uma (1) do Partido Comunista Português.

Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para 2017. Aprovado, com seis (6) votos a favor do PSD, um (1) do CDS-PP e um (1) do PCP, e cinco (5) abstenções do Partido Socialista.

Apreciação e aprovação de doações. Aprovado por unanimidade.

Apreciação e aprovação da Norma de Funcionamento do projeto “Pequenas Reparações”. Aprovado por unanimidade.

Apreciação e votação dos protocolos relativos à CPCJ. Aprovado por unanimidade.

Apreciação e ratificação do protocolo de colaboração “Lisboa vai ao Parque”. Aprovado por unanimidade.

Apreciação e votação à alteração ao Regulamento de Taxas. Aprovado por unanimidade.

Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º, ??? eu, Manuel da Câmara Pestana Pedrosa Machado, lavrei.”

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Manuel Machado.

Vamos pôr à votação a ata em minuta. Quem vota a favor? Aprovada por unanimidade.

Dou por encerrados os nossos trabalhos. Quero agradecer a todos a vossa colaboração, e despeço-me de todos também. Muito obrigado.

--- Encerramento da Sessão ---



--- E para constar se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. _____

O Presidente

O 1.º Secretário

O 2.º Secretário